

# RECE

**Relatório &  
Contas '22**

**REGON**  **Santander**

SEGUROS NÃO VIDA





# Relatório & Contas '22

Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A.

## Índice

# 1.00

**Relatório do Conselho de Administração 09**

# 1.01

**Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado 10**

# 1.02

**Governança da Sociedade 12**

Estrutura e modelo de governo	12
Estrutura Acionista	15
Órgãos Sociais	16
Código de conduta	18
Política de remunerações	18

# 1.03

**Enquadramento da atividade 19**

Cenário Macroeconómico	19
Mercado de Seguros em Portugal	36

# 1.04

**Análise de gestão 40**

Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno	40
Síntese de indicadores	41
Atividade comercial	41
Gestão de ativos	42
Custos e gastos por natureza a imputar	43
Recursos humanos e formação	43
Capital Próprio e Solvência	43

# 1.05

**Perspetivas para 2023 44**

# 1.06

**Proposta de aplicação de resultados 44**

# 1.07

**Nota final 45**

## **2.00**

<b>Demonstrações Financeiras e Anexo</b>	<b>47</b>
<b>Notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras</b>	<b>53</b>
<b>Anexo I</b>	<b>99</b>
<b>Anexo II</b>	<b>100</b>

## **3.00**

<b>Relatório e Parecer do Conselho Fiscal</b>	<b>103</b>
---	------------

## **4.00**

<b>Certificação Legal de Contas</b>	<b>111</b>
-------------------------------------	------------





**AEGON**  **Santander**

SEGUROS NÃO VIDA

# 13C

**EGON**  Santander

SEGUROS NÃO VIDA



# 1.00

**Relatório do  
Conselho de  
Administração**

# Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

Estamos orgulhosos de partilhar que apesar da incerteza e volatilidade introduzidos pelos desafios económicos atuais, 2022 representou para a Aegon Santander Portugal o melhor ano da sua história e pelo 3º ano consecutivo, os Clientes distinguem a Aegon Santander Portugal com atribuição do Prémio Cinco Estrelas, na categoria de seguros bancários.

Nunca estivemos mais fortes, mais inovativos ou melhor capacitados para proteger, servir e superar as expectativas dos nossos Clientes. Proteger as pessoas, cuidar daquilo que lhes é mais precioso – saúde, família e bens é a nossa missão e a continuada confiança que os Clientes depositam na Aegon Santander Portugal, confirma que estamos no caminho certo.

A abrangência da oferta e soluções de proteção é a nossa força chave e temos um foco em assegurar uma performance sólida de longo prazo e a sustentabilidade da Companhia para o benefício de todos os *stakeholders*, enquanto continuamos a criar valor para os nossos acionistas.

Em 2022, a Companhia continuou a sua jornada de inovação, obtendo um progresso significativo nos serviços disponibilizados aos Clientes e melhorias operacionais. Entregamos resultados financeiros sólidos e continuamos a responder com eficiência aos efeitos diretos e indiretos das condições económicas e volatilidade nos mercados de capitais.

O crescimento da Aegon Santander Não Vida, traduziu-se num aumento de 29% do volume de prémios emitidos para 95,3M (2021: 74,0M). Continuamos a reforçar a nossa quota de mercado no segmentos onde operamos, distribuídos através de rede bancária, que atualmente se situa em 12,2% (2021: 10,3%). Por outro lado, o aumento em 2022, de 50% dos custos com sinistros de seguro direto reflete o apoio conferido aos nossos Clientes, nos momentos mais complicados das suas vidas. Nesta base, o resultado do exercício apresenta uma subida de 24% para 11,7M (2021: 9,4M), mantendo a Companhia uma sólida posição de capital.

Agradecemos a todos os Colaboradores da Aegon Santander pelo seu excecional contributo e capacidade de entregar resultados. Eles foram nada menos que excecionais.

Enquanto empregador, a Aegon Santander, tem sido distinguida consecutivamente, desde 2016, como uma das melhores empresas para trabalhar em Portugal, sendo hoje uma referência no mercado pela excelência das suas práticas, capacidade de atração e retenção de talento e qualidade dos seus Colaboradores.

Tudo o que conseguimos atingir desde a criação da Aegon Santander Portugal em 2014, permite-nos olhar para o futuro com enorme confiança, mas também com grande sentido de responsabilidade para com nossos Clientes, Colaboradores

e Comunidades. Iremos continuar a inovar e a transformar a organização, mantendo um compromisso de longo prazo com todos os *stakeholders*.

Agradecemos o contínuo interesse na Aegon Santander e é com entusiasmo que continuaremos a reportar o progresso da Companhia.

**t.a**      **t.c.v**

**Tomás Alfaro**

Presidente do Conselho de Administração

**Tiago do Couto Venâncio**

Administrador Delegado

# Governança da Sociedade

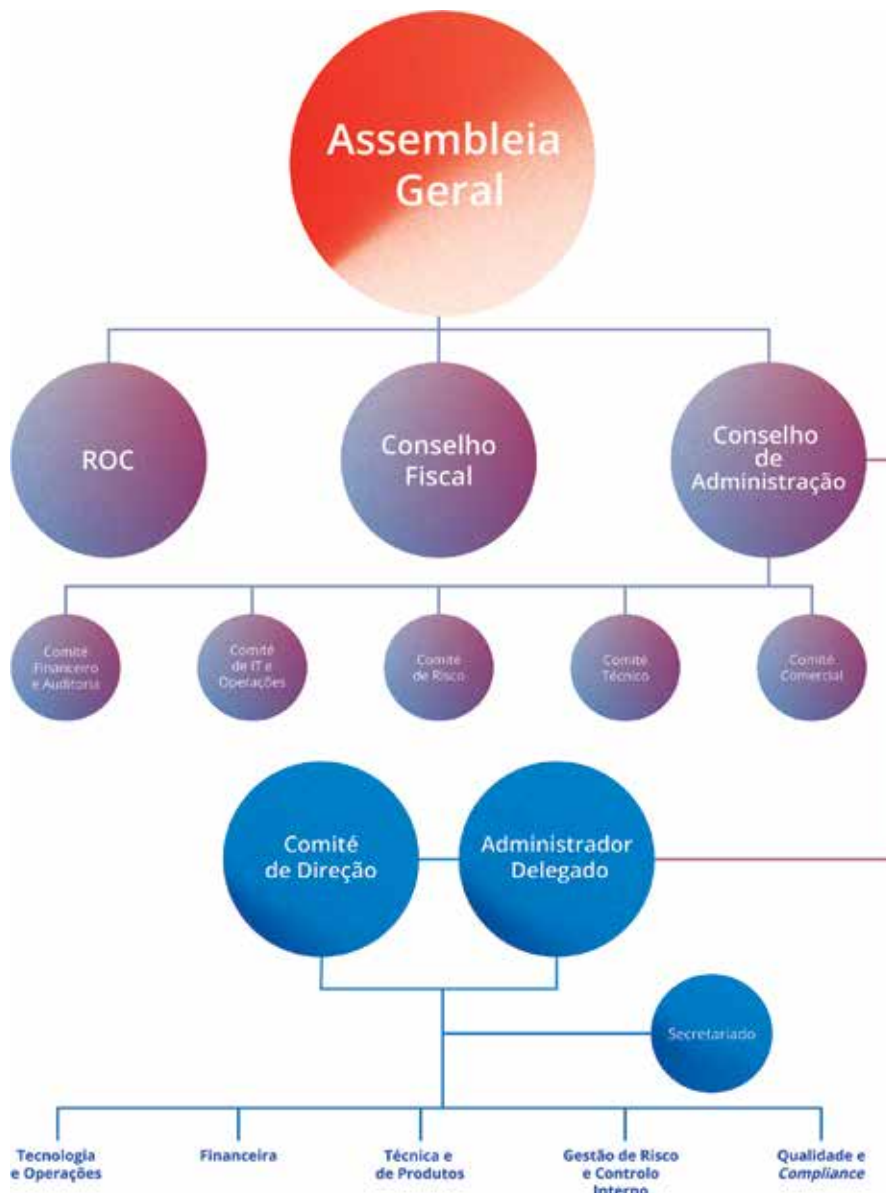
## Estrutura e modelo de governo

A Companhia está dotada de um sistema de governação composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, em que as suas responsabilidades estão devidamente definidas e segregadas, e um sistema de transmissão de informação eficaz.

Este sistema foi definido com base na natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, assegurando uma gestão sã e prudente da atividade e do capital, por forma a garantir um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

Na sua gênese estão princípios como a transparência, integridade, responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.

A estrutura de governo da Companhia está representada no seguinte organograma:



Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade. Assim, pelo menos uma vez por ano, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, no prazo de três meses após a data de encerramento do exercício. Compete-lhe deliberar sobre o relatório de gestão de contas do exercício anterior, sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração da Companhia e às eleições que, legal e estatutariamente, lhe sejam atribuídas ou que eventualmente se tornem necessárias.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente. O mandato dos membros é de quatro anos e reúne trimestralmente ou sempre que o interesse da Companhia o exija. Delibera por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate. Existem no entanto matérias que requerem aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: a aprovação do plano estratégico, do plano de negócios e do orçamento anual; a concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

**O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente.**

Por sua vez, compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da Companhia. Este conselho é composto por três membros efetivos e um suplente, sendo estes eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Aquele tem como principais competências verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente um relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

Mediante proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem como responsabilidade conferir a conformidade das contas com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de

contas, uma certificação legal das mesmas e documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade. Adicionalmente, os Comitês apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. São órgãos consultivos aos quais compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Cada Comité é constituído por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

- Comité Técnico: analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;
- Comité de Risco: avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente, deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;
- Comité Comercial: analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;
- Comité de Auditoria e Financeiro: analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;
- Comité de IT e Operações: analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e do Comité de Direção, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e as seguintes Direções:

- Direção de Tecnologia e Operações;
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e *Compliance*;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

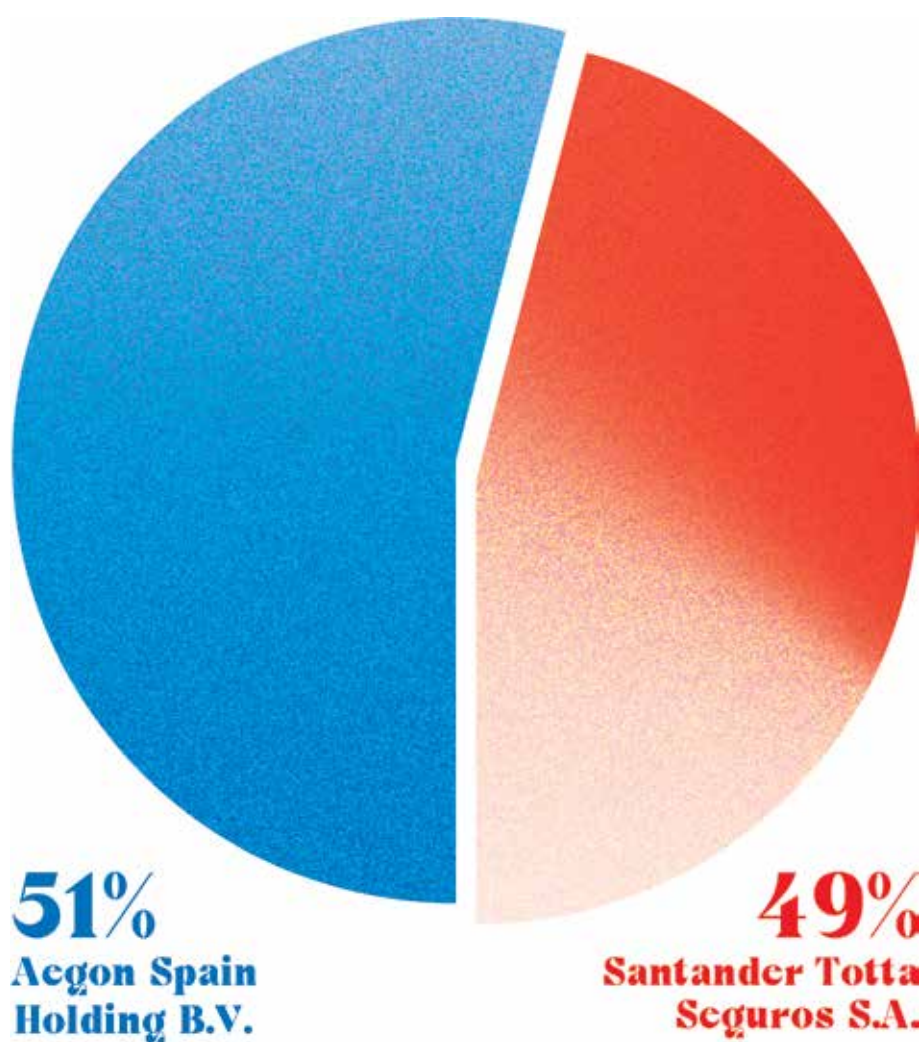
O processo de decisão contempla um Comité de Direção constituído pelo Administrador Delegado e pelos Diretores das diversas áreas da Companhia. O referido Comité reúne com uma periodicidade mensal, sendo posteriormente lavradas atas, refletindo os principais pontos discutidos e as decisões tomadas. Assim, os Diretores de cada uma das Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Conselho de



Administração desta entidade, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2017, deliberou proceder ao registo, das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave e do atuário responsável.

## Estrutura Acionista



## Órgãos Sociais

### Assembleia Geral

**António Miguel Terra da Motta**

Presidente

**Alexandre Jardim**

Secretário

### Conselho de Administração

**Tomás Alfaro Uriarte**

Presidente

**Inês Oom de Sousa**

Vice-presidente

**Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio**

Administrador Delegado

**Armindo Bordalo Escalda**

**Borja Borrero Mayora**

**Francisco del Cura Ayuso**

**Horacio Centeno García**

**Julián Vallejo Rincón<sup>1</sup>**

### Conselho Fiscal

**José Duarte Assunção Dias**

Presidente

**António Baia Engana**

Vogal

**Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço**

Vogal

**José Luís Areal Alves da Cunha**

Suplente

### Revisor Oficial de Contas

**Fernando Manuel Miguel Henriques**

**José Manuel Henriques Bernardo**

em representação da PricewaterhouseCoopers  
& Associados – Sociedade de Revisores Oficiais  
de Contas, Lda.

<sup>1</sup> Já aprovado pela ASF e agendada aprovação na próxima Assembleia Geral a ocorrer em março de 2023

## Código de conduta

Os valores, princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores encontram-se refletidos no código de conduta da Companhia. Este código tem por base valores de honestidade, respeito e responsabilidade, promovendo um elevado nível de excelência na relação com os clientes, parceiros, fornecedores e restantes *stakeholders*.

Como tal, no código de conduta estão definidos os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a sua atividade:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

Refira-se que o código de conduta encontra-se divulgado no sítio da internet da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

## Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão, na sua globalidade, em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

As políticas em vigor foram ambas aprovadas pelo Conselho de Administração em novembro de 2017. Sendo que a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização foi também aprovada pela Assembleia Geral em dezembro do mesmo ano.

Até ao final do ano de 2022 não se identificou a necessidade de alterar as referidas políticas, encontrando-se as versões em vigor publicadas no *website* da Companhia.

No entanto, no final de 2022, de modo a cumprir os requisitos de avaliação anual do cumprimento das políticas, a Companhia emitiu e publicou no seu *website* a declaração de cumprimento do n.º. 1 do artigo 4º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de abril da ASF, com a indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Na definição das referidas políticas de remunerações não foram utilizados serviços de consultores externos.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor.

Ambas as políticas, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 4º da Norma 5/2010R, de 1 de abril, da ASF, se encontram publicadas no sítio da *internet* da Companhia.

# Enquadramento da atividade

## Cenário Macroeconómico

### Economia Internacional

O contexto global, em 2022, foi extremamente complexo, marcado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, e guerra subsequente, que amplificou os efeitos disruptivos sobre a oferta decorrentes do processo de recuperação mais rápida da procura global no pós-pandemia.

As ondas de choque causadas pelo início da guerra na Ucrânia, materializaram o segundo choque de oferta desde 2020, após a pandemia, e que se transmitiram por vários canais: (i) novas perturbações nas cadeias de logísticas e de valor globais, ao retirar a Ucrânia e a Rússia dos fluxos comerciais; e (ii) uma subida pronunciada dos preços das matérias-primas e da energia, decorrente da dependência energética, pela Europa.

A manutenção de uma política de “Covid zero” por parte da China em 2022, culminou numa aceleração pronunciada da inflação, para máximos de mais de três décadas, provocando, por sua vez, um duplo efeito: (i) uma intervenção musculada dos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa corrente, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Consequentemente, assistiu-se, a partir do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, materializada num progressivo abrandamento da atividade económica, e numa revisão em baixa das perspetivas de crescimento, para 2022 e, em especial, para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, ao longo do ano, foi progressivamente revendo em baixa as projeções de crescimento económico, em especial para o ano de 2023. Apesar da deterioração das expectativas, a dinâmica de crescimento observada em 2022 revelou-se menos adversa face ao inicialmente esperado, prolongando a recuperação pós-pandémica, muito alavancada pela atividade turística, que reanimou muito mais rapidamente do que o previsto. A generalidade das economias recuperou, em 2022, os níveis de atividade observados no final de 2019, antes da pandemia.

Ao longo do ano, a maioria das economias foi diminuindo as restrições associadas ao controlo da pandemia, à medida que a incidência da doença Covid foi diminuindo. Já no final do ano, a China pôs termo à sua estratégia de "Covid zero".

Na atualização de janeiro de 2023 do "World Economic Outlook" o Fundo Monetário Internacional reviu em alta ligeira as projeções económicas para o ano de 2023, incorporando o facto de as principais economias terem evitado uma contração da atividade no final de 2022, embora continuando a antecipar uma desaceleração da atividade face às taxas de crescimento observadas no ano anterior.

Deste modo, o FMI estima que a economia mundial tenha crescido 3,4% em 2022, o que reflete uma revisão em alta de 0,2pp face à estimativa de outubro de 2022, e que foi transversal para as economias avançadas (crescimento de 2,7%) e emergentes (3,9%).

## Crescimento Económico Mundial

	2021	2022E	2023P
<b>Mundo</b>	<b>6,2</b>	<b>3,4</b>	<b>2,9</b>
<b>Países Avançados</b>	<b>5,4</b>	<b>2,7</b>	<b>1,2</b>
EUA	5,9	2,0	1,4
UEM	5,3	3,5	0,7
Reino Unido	7,6	4,1	-0,6
Japão	2,1	1,4	1,8
<b>Países em Desenvolvimento</b>	<b>6,7</b>	<b>3,9</b>	<b>4,0</b>
África	4,7	3,8	3,8
Ásia	7,4	4,3	5,3
China	8,4	3,0	5,2
Europa de Leste	6,9	0,7	1,5
Médio Oriente	4,5	5,3	3,2
América Latina	7,0	3,9	1,8
Brasil	5,0	3,1	1,2

Fonte: FMI (janeiro 2023)

**Nos EUA, o PIB cresceu 2,0%, em média anual, embora com um primeiro semestre particularmente fraco, com a economia a atravessar uma recessão técnica. No segundo semestre a atividade recuperou, apesar de a Reserva Federal ter acelerado o ritmo de subida das taxas de juro de referência.**

A recessão técnica foi devida a fatores pontuais, fruto de um forte aumento das importações, no primeiro trimestre, e uma redução de existências, no segundo. Ao longo do ano, o consumo privado manteve-se resiliente, suportado por baixos níveis de desemprego e por aumentos salariais elevados, que contribuíram para a transmissão dos elevados aumentos dos preços da energia às demais classes de serviços, reforçando a dinâmica inflacionista.

A taxa de desemprego permaneceu baixa ao longo de todo o ano, abaixo de 4%, apesar da pronunciada subida das taxas de juro de referência. Embora em moderação, a economia manteve ritmos sustentados de criação de emprego, por sua vez traduzidos em crescimento dos salários relativamente elevados.

Em resultado, a inflação acelerou de forma bastante pronunciada ao longo do ano, com uma variação média anual de 8,0%, o mais elevado desde 1981, com o contributo material da inflação subjacente (que exclui alimentação e energia), de 6,1%.

A Reserva Federal reagiu, acelerando o ritmo de subida das taxas de juro de referência, com duas subidas da principal taxa de referência (*Fed funds*) em 0,75%, igualmente o ritmo mais forte desde 1994, após o que moderou para 0,5% e, já em 2023, para 0,25%. No ano de 2022, a taxa dos *Fed funds* subiu, deste modo, em 4,5pp face ao final de 2021, para 4,75% no final do ano, a maior subida desde o início dos anos 80.

**Na China, a manutenção, pelas autoridades, da política de “Covid zero”, com confinamentos totais da população em grandes cidades, traduziu-se numa forte desaceleração da atividade. O PIB cresceu apenas 3,0%, abaixo da média global, e registando o ritmo mais lento em mais de quatro décadas.**

Num contexto de desaceleração pronunciada da atividade, observando-se ainda tensões latentes no mercado imobiliário, o surgimento, no final do ano, de movimentos de clara contestação social nas maiores cidades levou as autoridades chinesas a levantar todas as restrições que tinham em vigor para o controlo da pandemia, o que, a prazo, deve contribuir para a normalização das cadeias logísticas.

**No Japão, a atividade cresceu apenas 1,4% em 2022, com uma dinâmica intra-anual volátil, com dois trimestres negativos.** O cenário inflacionista afetou também a economia, com os preços no consumidor a crescerem 2,5%, em 2022, o ritmo mais elevado em três décadas, revertendo a trajetória dos últimos anos, na qual a economia testava cenários deflacionistas. O Banco do Japão também reagiu, não alterando as taxas de juro de referência, mas revendo a sua política de aquisição de ativos.

**No Reino Unido, a atividade também desacelerou, com o PIB a crescer 4,1% em 2022, alavancado pela recuperação pós-pandémica.** Com um quadro político mais volátil, a liderança do Governo mudou duas vezes num curto espaço de tempo, com o plano orçamental expansionista do breve governo de Liz Truss a resultar na sua demissão, e o novo Governo a adotar antes um plano orientado para o controlo das contas públicas, cujos efeitos se farão sentir sobretudo no ano de 2023. Em 2022, foram também visíveis os impactos do *Brexit*, com a carga burocrática resultante a dificultar o comércio com a União Europeia, que continua a ser o principal parceiro comercial do país.

Também no Reino Unido, a inflação foi uma preocupação, com os preços no consumidor a crescerem 9,1%, em média anual, fruto da subida dos preços das matérias-primas e da energia, e associado a baixos níveis de desemprego, o que requereu uma intervenção igualmente musculada por parte do Banco de Inglaterra, que subiu as taxas em 3.75pp, para 4.0%, já considerando a subida ocorrida em fevereiro de 2023.

**A economia da Zona Euro seguiu a tendência global, com uma progressiva desaceleração ao longo do ano, materializada num crescimento anual de 3,5%. Contudo, no 4.º trimestre, o PIB já só cresceu 0,1% em cadeia, embora evitando uma contração nos últimos meses do ano.**

A zona euro foi a região mais diretamente atingida pela guerra na Ucrânia, considerando as maiores interligações com os dois países em conflito, a integração das cadeias de valor, e, em especial, a dependência energética face à Rússia, no que respeita a petróleo e gás natural. A Europa, em particular a Alemanha e demais países da Europa Central, tiveram de encontrar rapidamente fontes alternativas de energia, num contexto de subida acentuada dos preços. No final do ano, a dependência face à Rússia tinha sido eliminada.



O consumo privado, na zona euro, manteve-se dinâmico, num quadro de pleno emprego, o que, por sua vez, contribuiu para a negociação de aumentos salariais progressivos que, embora moderados, mitigaram parcialmente o efeito da subida da inflação.

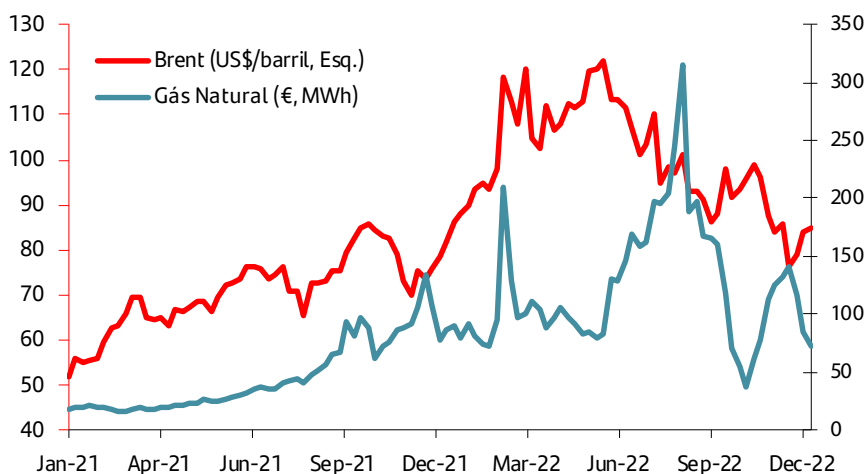
2022	PIB	INFLAÇÃO
<b>UEM</b>	<b>3,5</b>	<b>8,4</b>
Alemanha	1,8	8,7
França	2,6	5,9
Espanha	5,5	8,3
Itália	3,9	8,7

Fonte: CE (janeiro 2023)

Em 2022, a inflação na zona euro acelerou rapidamente, para 8,4% em média anual, a taxa mais elevada em três décadas. A rápida evolução e o seu contágio, ainda que parcial aos salários, por sua vez materializada na aceleração da inflação subjacente para 4,2%, em média anual, levou o Banco Central Europeu a acelerar a normalização da política monetária, elevando a taxa de refinanciamento para 3,0% e a taxa de depósito para 2,5%, já em fevereiro de 2023, ou seja, um aumento de 3,0pp face aos valores de final de 2021.

O mercado de trabalho permaneceu bastante dinâmico, e a taxa de desemprego desceu abaixo de 7%, um mínimo histórico para a região, auxiliando a mitigar parte dos efeitos da inflação sobre o poder de compra das famílias. Mas também gerou um aumento dos salários negociados, o que reforçou a necessidade de vigilância pelo BCE, no sentido de controlar o potencial surgimento de efeitos de segunda ordem.

### Preços do petróleo Brent, em dólares por barril e gás natural, em EUR por MWh



Fonte: Bloomberg

**O ano de 2022 ficou indubitavelmente marcado pela agressão da Rússia à Ucrânia, trazendo, de novo, uma guerra explícita à Europa, e originando um segundo choque de oferta quando a economia mundial ainda não tinha recuperado plenamente da pandemia.**

Como referido, os preços da energia e das matérias-primas subiram de forma pronunciada, com os preços do petróleo a subirem para máximos desde 2014, o gás natural na Europa a registar máximos absolutos e as demais matérias-primas não energéticas a prolongarem a dinâmica de preços elevados já iniciada em 2021.

Por outro lado, apesar da clara melhoria dos indicadores sanitários no quadro de pandemia, esta só ocorreu de forma mais visível a partir do verão, pelo que, durante uma parte significativa do ano, permaneceram as perturbações

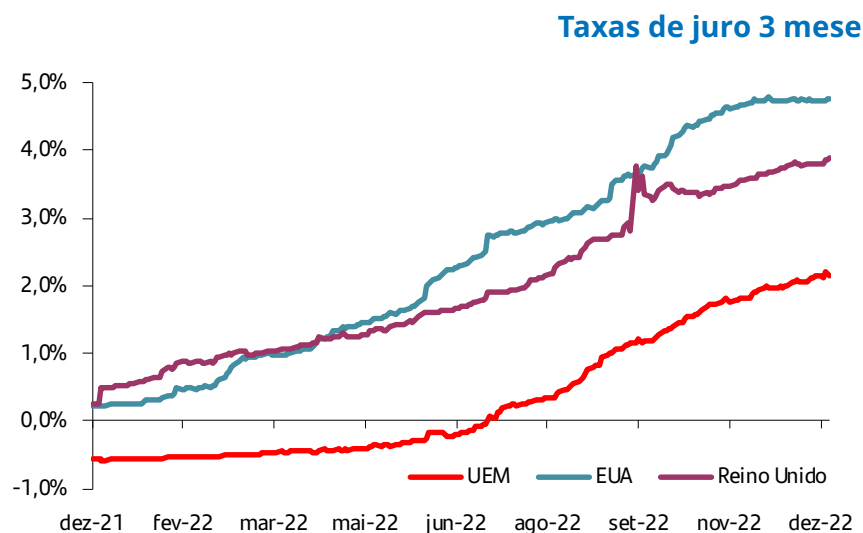
nas cadeias logísticas globais, até porque a China manteve, durante todo o ano, a sua política de “Covid zero”.

A conjugação de todos estes fatores (subida dos preços da energia, perturbações nas cadeias logísticas, e resiliência da atividade económica num quadro de pleno emprego) resultou numa acentuada aceleração dos preços, para máximos de três décadas, e com pressões de segunda ordem, fruto dos aumentos salariais. Consequentemente, foi executada a mais rápida e mais pronunciada subida das taxas de juro de referência desde o início dos anos 80 do século passado (em termos da subida acumulada no horizonte de 12 meses).

A **Reserva Federal dos EUA**, como já referido, logo no início do ano tinha sinalizado que as taxas de juro de referência iriam subir ao longo do ano, iniciando o processo em março. A partir de julho, fruto da maior subida da inflação, acelerou o ritmo, com duas subidas de 0,75%, o que não ocorria desde 1994. Já em 2023, moderou o ritmo, para subidas de 0,25%, mas desde o início de 2022 a taxa de juro subiu em 4,5pp, para 4,75%, o nível mais elevado desde 2007.

Adicionalmente, a Reserva Federal iniciou o processo de redução do balanço, o chamado “*tapering*”, a um ritmo programado mensal de 95 mil milhões de dólares, ao não substituir por novas aquisições os vencimentos que vão ocorrendo dos ativos em balanço. O balanço da Reserva Federal tinha atingido um máximo de aproximadamente 9 triliões de dólares, no primeiro semestre de 2022.

O **Banco Central Europeu**, em março de 2022, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, de forma faseada: começaria pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre; posteriormente concluiria o programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro de 2022, e só após essas duas fases iniciaria a subida das taxas de juro de referência.



Fonte: Bloomberg

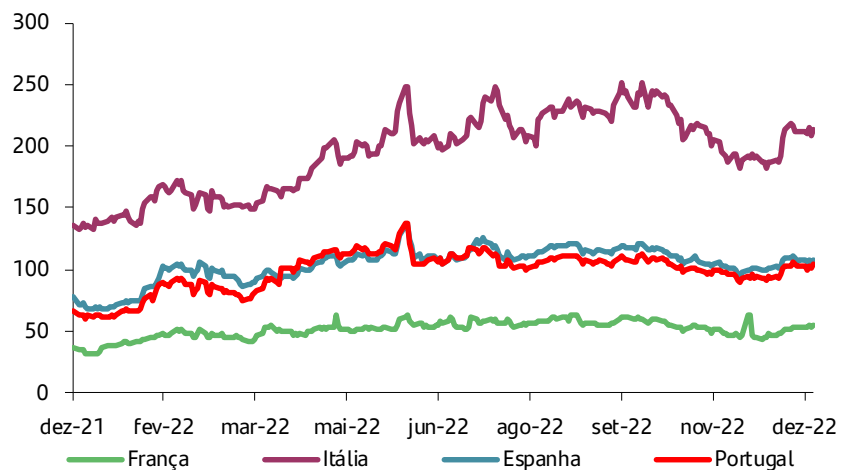
Contudo, a mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 0,5%, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, pondo assim termo a um longo período (iniciado em 2014) de taxas de juro negativas. Em junho, o BCE havia sinalizado uma subida das taxas em 0,25%, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista, procurando evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Na reunião de fevereiro de 2023, o BCE discutiu os moldes em que se processará a redução dos ativos adquiridos no âmbito do programa de aquisição de ativos

(APP), processo que se iniciaria a partir de março de 2023, a um ritmo médio de 15 mil milhões de euros mensais até ao fim do segundo trimestre de 2023, e com os ritmos subsequentes a ficarem dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

A trajetória de subida das taxas de juro de curto prazo, para os níveis mais elevados desde 2008, caracterizou-se por uma dinâmica consistente, relativamente imune aos vários dados económicos menos positivos que foram divulgados, antes refletindo a consistência da mensagem transmitida pelos bancos centrais.

### Diferenciais de taxas de juro de longo prazo face Alemanha (pb)



Fonte: Bloomberg

**Já a evolução das taxas de juro de longo prazo seguiu uma dinâmica diferenciada, com maior volatilidade intra-anual, associada à perceção de riscos para a atividade económica e possibilidade de os bancos centrais poderem inverter a política monetária.**

No final de 2023 ou durante o ano de 2024, situação aliás patente na forte inclinação negativa da curva de rendimentos. Por este motivo, embora a tendência fosse de subida, registaram-se vários momentos de correção ao longo do ano de 2022, posteriormente revertidos. Em 2022, a *yield* alemã a 10 anos subiu 2,7pp, tendo partido de níveis negativos no início do ano, enquanto a *yield* americana subiu 2,3pp.

**Os bancos centrais das principais economias desenvolvidas reforçaram o foco no controlo da inflação, com a rápida reversão da política monetária expansionista que tinha sido prosseguida nos últimos anos.**



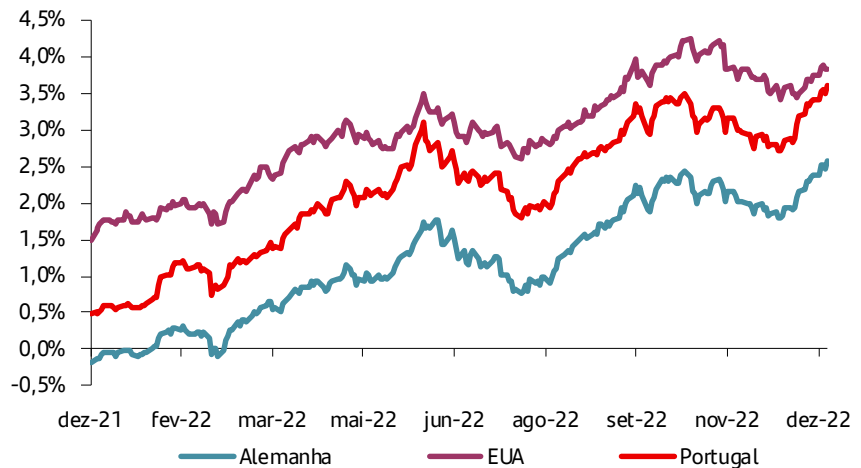
**AEGON**  **Santander**

SEGUROS NÃO VIDA

Os **diferenciais de taxas de juro soberanas** subiram no decurso do ano de 2022, acompanhando a subida das *yields*, mas também refletindo uma ligeira deterioração na avaliação da perceção de risco, associada à guerra na Ucrânia. Esta dinâmica, que foi transversal na zona euro, afetou mais a periferia e, em particular, a Itália, cujo *spread* face à Alemanha, para o prazo dos 10 anos, se agravou em mais de 1pp entre o final de 2021 e o final do primeiro semestre de 2022, ultrapassando os 250pb.

Considerando os riscos de emergência de um cenário de instabilidade nos mercados financeiros, em julho, o BCE anunciou a criação do “**Instrumento de Proteção da Transmissão (TPI)**”, ao abrigo do qual poderia intervir nos mercados de dívida pública, para combater “dinâmicas de mercado desordenadas e indesejadas” que resultassem numa deterioração das condições de financiamento de um país não justificadas pelos seus fundamentos económicos e que, por esse motivo, prejudicasse a transmissão da política monetária. O programa depende de condições muito específicas, mas permitiu travar o agravamento de *spreads* que estava em curso.

### Taxas de juro 10 anos

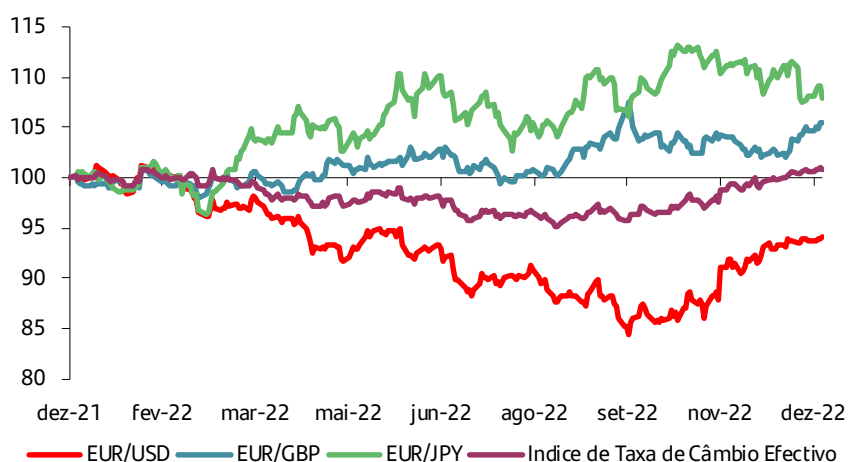


Fonte: Bloomberg

Em **Portugal, a taxa de rendibilidade a 10 anos** registou uma trajetória ascendente ao longo do ano, em linha com a tendência anteriormente descrita. Ao longo do ano, a *yield* subiu 3,1pp, para 3,6%, no final de 2022, resultando num agravamento do *spread* face à *yield* alemã para o prazo dos 10 anos em 37pb, para 104pb. O nível mais elevado do *spread*, em 2022, foi observado em meados de junho, num movimento generalizado a nível europeu, tendo ultrapassado os 136pb (igualmente o nível mais elevado desde o início da pandemia, em 2020). A posterior “intervenção” do BCE, com o anúncio da criação do TPI, permitiu uma correção, com o estreitamento dos *spreads* até final do ano.



## Principais taxas de câmbio (Dez 2021 = 100)



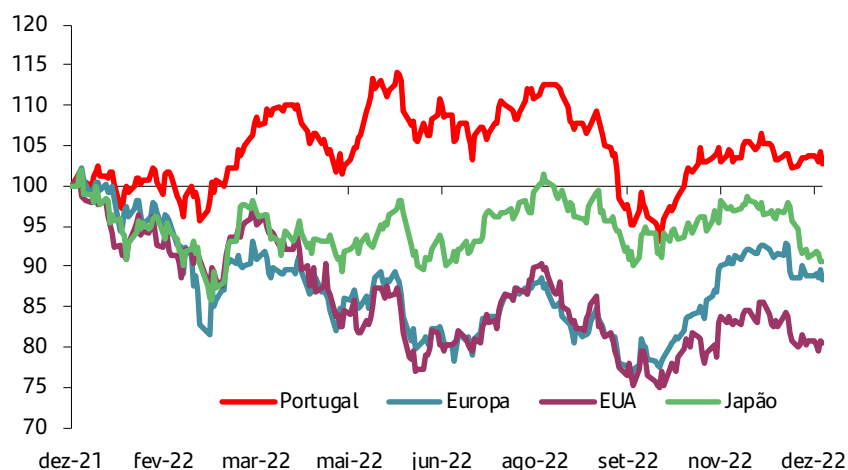
Fonte: BCE

No **mercado cambial**, a dinâmica mais marcante durante o ano de 2022 foi a evolução do euro face ao dólar, que se caracterizou por uma depreciação continuada, tendo mesmo conduzido o seu valor abaixo da paridade em agosto (o que não ocorria desde 2002), situação que prevaleceu nos mercados até novembro, e apesar de o BCE estar a subir as taxas de juro de referência de forma mais agressiva. Após novembro, o euro apreciou, até 1,1 dólares, consolidando posteriormente acima dos 1,05 dólares.

A libra esterlina e o iene japonês, por seu lado, registaram uma depreciação ainda mais pronunciada face ao dólar, pelo que o euro se apreciou face a estas divisas. Apesar da significativa depreciação do euro face ao dólar (13% em 2022), a taxa de câmbio efetiva do euro registou uma apreciação de 0,9%, fruto da do comportamento positivo em 5,6% face à libra e em 7,9% face ao iene.

Em termos de taxa de câmbio face ao dólar norte-americano, a **libra esterlina** retomou os mínimos desde meados dos anos 1980, já próximo da paridade, embora corrigindo no final do ano, para 0,83p por dólar. O **iene japonês**, por seu lado, retomou mínimos de 1990, ao cotar acima de 150 ienes por dólar em outubro, posteriormente corrigindo também para fechar 2022 nos 130 ienes.

## Mercados acionistas (Dez 2021 = 100)



Fonte: Bloomberg

Os **mercados acionistas** foram penalizados pelo contexto inflacionista e consequente subida das taxas de juro de referência, ao longo do ano de 2022. A tendência de desvalorização estava já em curso quando a Rússia invadiu a Ucrânia, o que conduziu a uma maior correção, por aversão ao risco, num quadro de elevada incerteza.

Ao longo do ano, a volatilidade foi elevada, fundamentalmente devido à evolução das expectativas quanto à atuação futura dos bancos centrais sobre as taxas de juro de referência. A sinalização, pelos principais bancos centrais, de que os riscos de inflação permanecem elevados e, por conseguinte, se materializem em taxas de juro mais elevadas durante mais tempo dominou os mercados acionistas, tendo estes registado uma desvalorização pronunciada dos principais índices (Eurostoxx: -11,7%; S&P500: -19,4%).

Portugal foi uma exceção, com o índice PSI a valorizar 2,8%, beneficiando do peso das empresas do setor energético. A maior valorização foi da Galp energia (+55,4%), seguida da Greenvolt (+25,6%), que beneficiou também de maior abertura do capital em bolsa. A EDP Renováveis, por seu lado, registou uma depreciação de 5,7%.

O **ouro** também se caracterizou por alguma volatilidade, não desempenhando plenamente o seu papel de ativo de refúgio num contexto de inflação elevada, embora fechando o ano acima dos 1 840 dólares por onça. Contudo, durante o verão, registou uma depreciação significativa, cotando abaixo dos 1 700 dólares, tendência revertia já mais perto do final do ano, quando as pressões inflacionistas voltaram a dominar as atenções.

### Economia Portuguesa

### Dados Macroeconómicos

	2021	2022E	2023P
<b>PIB</b>	<b>5,5</b>	<b>6,7</b>	<b>0,4</b>
Consumo Privado	4,7	5,7	1,1
Consumo Público	4,6	2,4	0,5
Investimento	10,1	2,7	1,2
Exportações	13,4	16,7	0,9
Importações	13,2	11,0	2,2
Inflação média	1,3	7,8	5,1
Desemprego	6,6	6,0	7,0
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,9	-0,6	-0,9
Dívida Pública (% do PIB)	125,5	113,8	110,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,5	-0,3	0,0

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdP e Estudos Santander Portugal

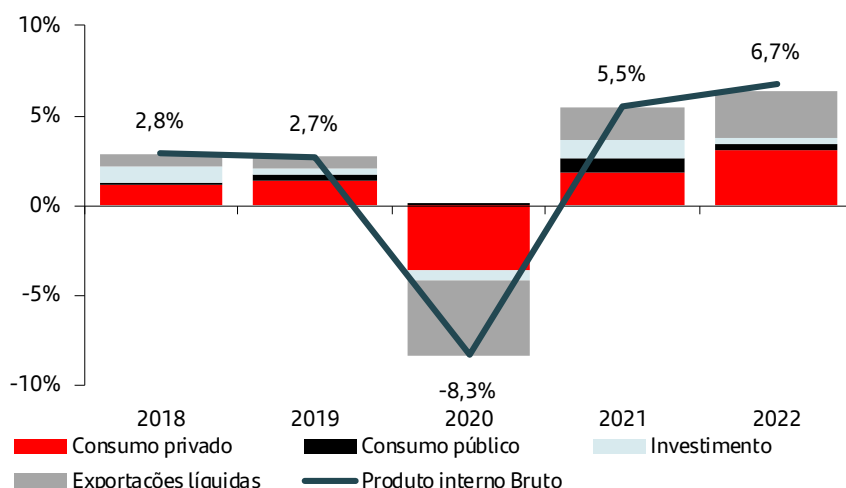
Em 2022 a atividade económica cresceu 6,7%, num claro contexto de recuperação pós-pandémica, beneficiando de efeitos de base relacionados com os confinamentos em 2021 (o efeito de *carry over*<sup>1</sup> para 2022 foi de 3,9%), de que o forte crescimento em cadeia observado no 1.º trimestre foi exemplo (+2,4%)

A progressiva melhoria da situação sanitária associada à pandemia de Covid19 permitiu às autoridades levantarem a maioria das restrições à atividade durante o verão, o que também contribuiu para a reanimação da atividade.

Contudo, o ritmo de crescimento em cadeia foi relativamente moderado, em média de 0,3%, nos segundo, terceiro e quarto trimestre do ano, à medida que os efeitos da guerra na Ucrânia, da elevada inflação e da subida das taxas de juro de referência pelo BCE se foram transmitindo à economia.

<sup>1</sup> Crescimento acumulado anual do PIB em 2022, assumindo que se manteria constante, durante todo o ano, no nível do 4T2021v

## Contributos para o crescimento do PIB (tvh)



Fonte: INE

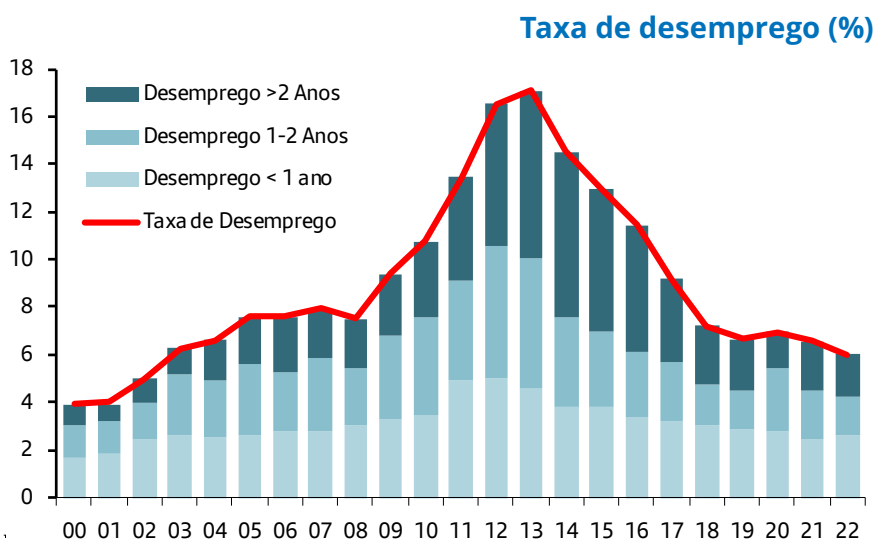
De realçar que no 4.º trimestre de 2022 a economia cresceu 0,3% em cadeia (3,2% em termos homólogos), beneficiando do ritmo do consumo privado e do crescimento do investimento, parcialmente anulado pelo contributo das exportações líquidas. Apesar da desaceleração face ao trimestre anterior, a economia evidenciou uma apreciável resiliência, aliás em linha com as principais economias europeias, evitando uma contração no final do ano.

Todas as componentes da despesa contribuíram positivamente para o crescimento, tanto a procura interna, como a procura externa, numa dinâmica onde a recuperação pós-pandémica teve um contributo de relevo.

Ao nível da **procura interna**, o levantamento das restrições associadas à pandemia permitiu uma aceleração do consumo privado, enquanto o contributo do **consumo público**, por seu lado, foi menor, devido à redução de gastos associados à pandemia, pois nos dois anos anteriores tinha ocorrido um elevado volume de despesa em materiais sanitários.

O **consumo privado** cresceu 5,7% em 2022, apoiado pela reabertura da economia, prolongando a recuperação iniciada logo em 2021, em especial ao nível da realização de despesa discricionária em bens e serviços não essenciais. Neste âmbito, destaque para a recuperação do turismo por residentes, que ultrapassou os anteriores máximos de 2019.

A composição da despesa das famílias sofreu uma alteração muito significativa, pois os gastos em alimentação reduziram-se face ao pico observado durante o confinamento, devido ao regresso ao trabalho presencial, por contrapartida do aumento da despesa em bens duradouros, por um lado, e em bens e serviços não alimentares, por outro.



Fonte: INE

O mercado de trabalho revelou-se bastante dinâmico, caracterizando-se pelos baixos níveis de desemprego, refletindo uma economia a operar no pleno emprego. Com efeito, a taxa de desemprego manteve-se abaixo de 7%, mas sem gerar aumentos salariais muito significativos.

Os preços no consumidor aceleraram rapidamente, com a inflação a alcançar 7,8% em média anual (o nível mais elevado desde o início dos anos 1990), gerando um maior crescimento da despesa, a preços correntes, face ao crescimento do rendimento, com conseqüente redução da taxa de poupança das famílias para 5,7% no 3.º trimestre (em média móvel de quatro trimestres), retomando os níveis pré-pandemia.

O **investimento** recuperou igualmente, com um crescimento anual de 2,7%, mas com algumas dinâmicas diferenciadas, entre as diferentes componentes, ao longo do ano. O investimento em equipamento de transporte, partindo de níveis elevados em 2019, não recuperou ainda integralmente, ao contrário do que ocorreu nos demais tipos de despesa de capital. Ao nível da construção, assistiu-se já a uma moderação no segundo semestre de 2022, o que contrasta com o comportamento observado durante o período de pandemia, em que a construção tinha sido uma das poucas atividades que não tinham parado.

De referir ainda que este comportamento, ao nível da construção, está alinhado, por um lado, com o fraco ritmo de construção de novos fogos para habitação, que permanecem em níveis historicamente baixos e, por outro lado, com o atraso na execução do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), cujos pagamentos (a meados de fevereiro de 2023) não chegavam a 9% do envelope financeiro total.

As **exportações** de bens e serviços cresceram 16,7% em 2022, com uma recuperação sustentada dos serviços, beneficiando da recuperação do turismo. Embora o número de hóspedes não residentes não tivesse ainda recuperado o anterior pico registado em 2019, o setor conseguiu ajustar os preços em alta, reposicionando a atividade, tendo registado, como tal, um máximo ao nível dos proventos. O contexto de guerra na Europa também favoreceu a atratividade da oferta nacional, com o setor a beneficiar ainda do crescimento dos visitantes dos EUA (potenciado pela apreciação do dólar face ao euro).

As exportações de bens cresceram igualmente de forma sustentada, atingindo um novo máximo histórico. A normalização nas cadeias de valor globais permitiu a recuperação da atividade no setor automóvel, mas todos os setores, de um modo geral, registaram um aumento do volume de vendas ao exterior. O quadro de guerra em curso na Ucrânia permitiu também que empresas portuguesas, em



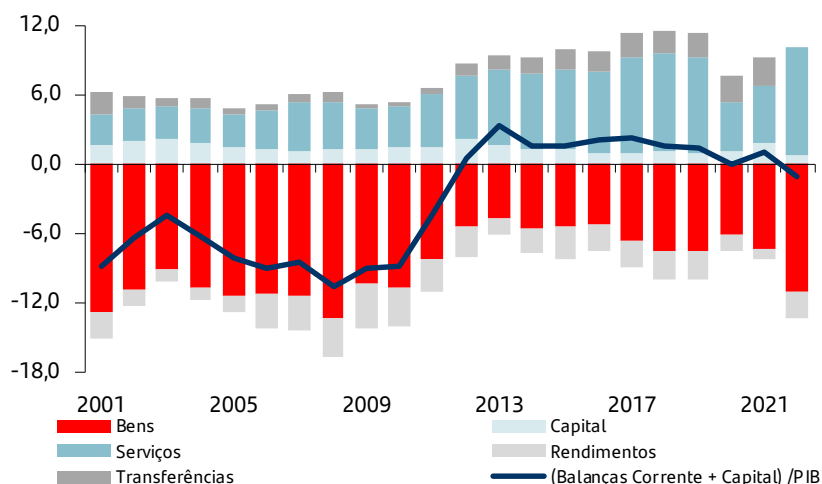
**AEON**  **Santander**

SEGUROS NÃO VIDA



determinados setores, não estando dependentes de cadeias logísticas afetadas pelo conflito, substituíssem a oferta de outros concorrentes.

### Balança corrente de capital (% PIB)



Fonte: Banco de Portugal, INE

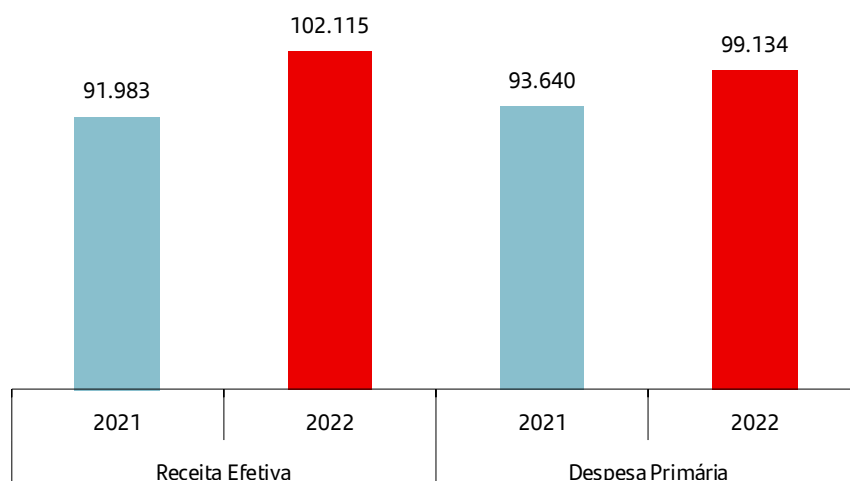
As **importações** de bens cresceram, embora de forma mais moderada do que em 2021 (11,0% vs 13,4%, respetivamente), com o efeito preço a traduzir-se numa moderação das compras, em volume.

Os efeitos preço, decorrentes da subida dos preços da energia e das matérias-primas, tiveram um importante impacto sobre a **balança de bens**, o que, conjugado com um crescimento em volume das compras ao exterior, contribuiu para uma deterioração do défice para 11% do PIB. Este efeito foi compensado pela forte recuperação da **balança de serviços**, associada à reanimação do turismo.

A **balança de capital**, que reflete sobretudo os fundos europeus, permaneceu excedentária, embora abaixo do observado em 2021, quando tinha ocorrido a 1.ª grande transferência de fundos associados ao PRR. Por seu lado, o saldo da **balança de rendimentos** agravou o défice, refletindo o impacto da subida das taxas de juro, ocorrido ao longo do ano, sobre o pagamento de juros da dívida, pública, mas também privada, ao exterior, partindo de níveis mínimos de taxas de juro no ano anterior.

Em resultado, o **saldo da balança corrente e de capital** registou um défice de cerca de 0,3% do PIB.

### Receita efetiva e despesa primária (€mn)



Fonte: Ministério das Finanças

Fonte: Ministério das Finanças



**AEGON**  **Santander**

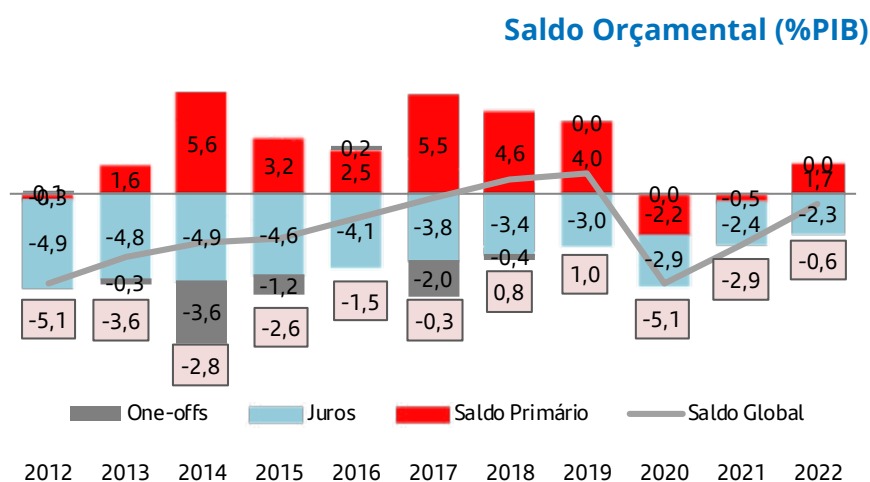
SEGUROS NÃO VIDA



As **finanças públicas** beneficiaram do **forte crescimento nominal da atividade**, em 2022 (o PIB nominal cresceu 10,9%). O saldo orçamental registou um défice menor do que o estimado (de 0,6% do PIB face à meta orçamental de um défice de 1,9%), beneficiando de um maior crescimento da receita fiscal. Ao nível dos impostos diretos, destaca-se a receita de IRC (+43,9% em termos homólogos), pela recuperação da margem das empresas. Ao nível dos impostos indiretos, destaque para o IVA (+18,8% face a 2021).

A despesa cresceu, abaixo da receita, fruto do controlo relativo da despesa com pessoal (a massa salarial cresceu apenas 3,0%, com aumentos salariais de 0,9% e o restante a resultar do descongelamento de carreiras). Os encargos com o serviço da dívida diminuíram, apesar da subida das taxas de juro de mercado, porque o impacto desta alteração esteve concentrado na segunda metade do ano, e porque as Obrigações do Tesouro que venceram tinham uma taxa de cupão superior às *yields* de mercado observadas em 2022.

No quadro do plano de financiamento do Tesouro, em 2022, destaque para o forte afluxo de poupança dos particulares para os Certificados de Aforro, que registaram subscrições líquidas de mais de 7 mil milhões de euros, beneficiando de uma maior remuneração, que está associada à taxa de juro Euribor 3 meses. Não obstante, parte desses fundos foram provenientes do vencimento de outros produtos de aforro de retalho do Tesouro, como os Certificados de Poupança e as OTRV, gerando assim um financiamento líquido de mil milhões de euros. O restante financiamento ocorreu com instrumentos de mercado, com destaque para as OTs. Estas emissões continuaram a contribuir para manter a maturidade média da dívida pública e, simultaneamente, reduzir o seu custo médio (em 0,1pp face a 2021, para 1,8%).



Fonte: Ministério das Finanças

Em termos relativos, a dívida pública voltou a reduzir-se, beneficiando do maior crescimento do PIB nominal. No final de 2022, a dívida pública atingiu os 113,8% do PIB, traduzindo-se numa redução de quase 12pp face a 2021, e no menor rácio da dívida pública desde 2010. Esta redução é importante, em especial quando o BCE já comunicou a intenção de reduzir progressivamente a sua carteira de dívida pública, adquirida ao abrigo dos vários programas de *quantitative easing* executados na última década.

O **rácio global de endividamento** da economia portuguesa situou-se próximo dos 300% do PIB (-26pp face a 2021), com o setor privado empresarial a situar-se nos 122%(-9pp) e as famílias nos 64% do PIB (-4pp), claramente abaixo dos níveis observados no período anterior ao programa de ajustamento económico-financeiro de 2011-14.

## **O setor bancário português registou um mais lento crescimento do crédito, numa dinâmica mais perceptível no segundo semestre do ano, enquanto os depósitos continuaram a crescer, embora também progressivamente de forma mais lenta no segundo semestre do ano.**

Com efeito, o crédito ao setor privado cresceu apenas 1,6% em 2022, suportado por um crescimento do crédito hipotecário em 2,8%. O crédito a empresas começou a reduzir-se, no último trimestre do ano, no contexto da subida das taxas de juro, tendo no final do ano registado uma contração de 0,2% face ao *stock* disponível no final de 2021.

Ao nível dos recursos de clientes, os depósitos cresceram 6,2% em 2022, de forma relativamente generalizada entre setores. Ao nível dos particulares, o contexto mais volátil nos mercados financeiros traduziu-se numa redução das aplicações em fundos de investimento e em seguros financeiros.

Apesar deste contexto de elevada incerteza e de riscos adversos, a qualidade creditícia não se deteriorou, com o rácio de NPL a situar-se em 3,2% no final do terceiro trimestre (-0,5pp face ao final de 2021), com uma cobertura por imparidades de 53,6%.

Em termos de rendibilidade do ativo assistiu-se a uma recuperação face a 2021 (+0,2pp, para 0,7%), enquanto a rendibilidade dos capitais próprios aumentou para 8,3% (+2,9pp face ao final de 2021).

A resiliência da economia e a boa execução orçamental permitiram uma melhoria na notação de risco da República atribuída pelas agências, em um *notch*, para BBB+ pela S&P e Fitch, e A (low) pela DBRS. A Moody's já tinha revisto a notação em 2021, para Baa2.

Nota: texto escrito com a informação disponível até 28 de fevereiro de 2023.

## **Mercado de Seguros em Portugal**

No ano de 2022, o volume da produção de seguro direto em Portugal ascendeu a 12 mil milhões de Euros, refletindo uma diminuição de 9,5% face ao valor registado no ano anterior.

O ramo Vida, contrariamente ao verificado em 2021, apresentou um decréscimo da produção de 21,8%. Os ramos Não Vida, seguindo a tendência dos últimos anos, registou um aumento de 7,4%.

No ramo Vida, os planos de poupança reforma (PPR) viram o seu peso aumentar apenas 0,4 pontos percentuais (24,7% em 2021), apesar de a sua produção ter diminuído 20,6% face a 2021.

Nos ramos Não Vida, todos os ramos apresentaram um crescimento, sendo de destacar Acidentes e Doença (9,3%), Incêndio e Outros Danos (7,4%) e Automóvel (3,8%).

### Produção\* de seguro direto em Portugal, por ramos

	2021	2022**	Δ
<b>Vida</b>	<b>7 728 304</b>	<b>6 042 904</b>	<b>-21,8%</b>
Seguro de Vida	3 062 622	2 984 711	-2,5%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	4 664 932	3 058 193	-34,4%
Operações de Capitalização	750	-	-100,0%
<b>Não Vida</b>	<b>5 621 808</b>	<b>6 038 630</b>	<b>7,4%</b>
Acidentes e Doença	2 184 040	2 387 215	9,3%
Acidentes de trabalho	965 284	1 027 197	6,4%
Doença	1 033 897	1 156 370	11,8%
Outros Acidentes	184 859	203 648	10,2%
Incêndio e Outros Danos	1 000 240	1 074 029	7,4%
Automóvel	1 893 906	1 966 043	3,8%
Marítimo e Transportes	28 293	30 543	8,0%
Aéreo	10 132	10 978	8,3%
Mercadorias Transportadas	19 730	21 972	11,4%
Responsabilidade Civil Geral	164 448	181 483	10,4%
Diversos	321 018	366 365	14,1%
<b>TOTAL</b>	<b>13 350 112</b>	<b>12 081 534</b>	<b>-9,5%</b>

\*Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço

Fonte: ASF

\*\* valores provisórios

Apesar das perturbações sentidas nos últimos exercícios, o setor segurador tem revelado capacidade de reagir a situações adversas, uma vez que é caracterizado por um elevado grau de flexibilidade, capacidade de adaptação e inovação no desenvolvimento de soluções ajustadas às necessidades dos clientes. Nesta sequência, em 2023 espera-se que o setor continue a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que, tratando-se do sétimo ano desde a entrada em vigor do regime de Solvência II, é possível constatar uma maior estabilidade nos processos de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte e da qualidade da informação reportada.

Importa ainda referir que em 2023 estão previstas alterações à Diretiva Solvência II. O setor continuará a acompanhar os processos de revisão, em particular dos tópicos potencialmente mais relevantes para o mercado nacional.

A entrada em vigor da IFRS 17 – Contratos de Seguros a 1 de janeiro de 2023 define-se como um importante desafio. Esta nova norma irá introduzir uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro terá novas regras, trazendo maior exigência e complexidade.

A IFRS 17, publicada a 18 de maio de 2017 pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), substituirá a IFRS 4 e cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros.

Na perspetiva regulatória, 2022 foi um ano muito rico em aprovação de normas regulamentares basilares e estruturantes do ramo segurador, sobretudo ao nível da governação e conduta de mercado.

A 26 de abril de 2022, foi aprovada a Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, relativa ao sistema de governação das empresas de seguros e de resseguros. É incontornável

a importância que o sistema de governação assume na atividade seguradora, revelando-se prioritário e essencial assegurar a gestão sã e prudente das empresas de seguros e de resseguros. Este normativo atualiza o regime regulamentar face ao enquadramento legal nacional e europeu e às melhores práticas de supervisão.

A 7 de junho, a ASF aprovou a Norma Regulamentar n.º 6/2022, relativa à Segurança e Governação das Tecnologias da Informação e Comunicação e à Subcontratação a Prestadores de Serviços de Computação em Nuvem. Com este normativo, procede-se ao estabelecimento dos requisitos e princípios gerais em matéria de segurança e governação das tecnologias da informação e comunicação e ao estabelecimento de requisitos específicos em matéria de subcontratação a prestadores de serviços de computação em nuvem. Abrange igualmente a cibersegurança no âmbito das medidas de segurança da informação dessas empresas.

No mesmo dia, a 7 de junho de 2022, a ASF aprovou a Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, relativa à conduta de mercado e ao tratamento de reclamações pela ASF, que estabelece as regras gerais a observar pelas empresas de seguros no seu relacionamento com os tomadores de seguros, segurados, beneficiários e terceiros lesados, e pelas entidades gestoras de fundos de pensões no seu relacionamento com os associados, participantes, contribuintes e beneficiários, definindo ainda o procedimento de tratamento das reclamações apresentadas à ASF contra entidades supervisionadas. Esta norma estabelece que as empresas de seguros devem instituir uma função autónoma responsável pela conduta de mercado e designar um membro do órgão de administração responsável por esta área, prevendo-se, ainda, que sejam realizadas avaliações periódicas à qualidade, adequação e eficácia das políticas, procedimentos e controlos em matéria de conduta de mercado.

O Regulamento Delegado (UE) 2021/1256 da Comissão de 21 de abril de 2021 que altera o Regulamento Delegado (UE) 2015/35 no que respeita à integração dos riscos de sustentabilidade no governo das empresas de seguros e de resseguros, tornou-se aplicável a partir de 2 de agosto de 2022, tendo a Aegon Santander Portugal procedido a uma revisão das suas políticas de risco de forma a incorporar os princípios decorrentes desta regulação europeia (diretamente aplicável em todos os Estados Membros). Ainda dentro da mesma temática da sustentabilidade, a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) emitiu uma Nota Orientadora relativa à integração das preferências de sustentabilidade do consumidor na avaliação de adequação ao abrigo da Diretiva da Distribuição de Seguros.

Continua a destacar-se a contínua monitorização do cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), que entrou em vigor em 25 de maio de 2018. Este regulamento, que surgiu como uma consequência direta da evolução tecnológica, sobretudo ao nível da utilização de dados cada vez mais granulares e de processos de partilha de dados mais complexos, está diariamente presente na tomada de decisões estratégicas das entidades e o seu cumprimento revela-se imprescindível para uma gestão sã e prudente das mesmas.

Não obstante a elevada exigência regulamentar verificada durante 2022, a Companhia desenvolveu e continuará a desenvolver esforços no sentido de assegurar o cumprimento de todos os requisitos, bem como a sua atempada implementação.

A par da implementação e operacionalização de exigentes requisitos legais e regulamentares, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.

**O ano de 2023 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta ao supervisor, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral.**



**AEON**  **Santander**

SEGUROS NÃO VIDA



# Análise de gestão

## Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz é determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros. Este sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna. Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

Durante o ano de 2022 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio incutir na atividade. Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de políticas de risco;
- Elaboração e aprovação do relatório *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), apresentando o perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos. Em qualquer um dos cenários, a Companhia revelou sempre rácios de solvência suficientes para o cumprimento dos requisitos regulamentares;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Certificação do reporte anual de 2021 (qualitativo e quantitativo) por parte do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, no cumprimento da Norma Regulamentar N° 2/2017-R de 24 de março;
- Elaboração do relatório anual *Solvency and Financial Condition Report*, divulgação pública e comunicação à ASF em conjunto com os relatórios de certificação;
- Realização de um exercício de análise de sensibilidade aos principais riscos solicitado pelo Supervisor, atento ao atual contexto macroeconómico;



- Monitorização dos planos de implementação de recomendações emitidas por Auditores (externos e internos), pelo Supervisor e pelo Atuário Responsável;
- Melhoria dos procedimentos de controlo e revisão de indicadores de reporte;
- No âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, destaca-se a realização de um exercício de *Disaster Recover* na vertente tecnológica.

## A envolvimento e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso.

O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

### Síntese de indicadores

		MILHÕES DE EUROS	
AEGON SANTANDER PORTUGAL NÃO VIDA		2022	2021
<b>Posição financeira</b>			
Ativo líquido		63.8	55.6
Passivo		40.4	32.3
Capitais próprios		23.5	23.3
Resultado líquido		11.7	9.4
<b>Atividade seguradora</b>			
Prémios brutos emitidos		95.3	74.0
Custos com sinistros de seguro direto		(23.2)	(15.5)
Custos de aquisição		(41.6)	(33.3)
Saldo de resseguro		(8.0)	(6.6)
Resultados dos investimentos		0.2	0.2
Número de apólices em vigor		586 305	488 196
<b>Outras variáveis e rácios</b>			
Número de colaboradores (em 31 de Dezembro) (*)		82	76
Prémios emitidos / Número de colaboradores		1.2	1.0
Resultado líquido / Número de colaboradores		0.1	0.1
Resultado líquido / Prémios emitidos		12%	13%

(\*) Colaboradores das 2 seguradoras Aegon Santander Portugal + Administrador Delegado

### Atividade comercial

Em janeiro de 2015, a Aegon Santander Portugal Não Vida iniciou a sua atividade operacional tendo apenas uma carteira de seguros de Acidentes Pessoais de 6 milhares de apólices. Passados 8 anos a oferta da Companhia alargou tendo atualmente 586 milhares de apólices em vigor, nos ramos de Acidentes Pessoais, Incêndio e outros danos, Acidentes de trabalho e desde 2019, também Doença e Responsabilidade civil geral.

Esta evolução é demonstrativa da confiança que as soluções de proteção da Companhia têm merecido por parte dos clientes, bem como os investimentos efetuados em anos anteriores.

O exercício de 2022, fica marcado por: (i) consolidação e desenvolvimento dos seguros de saúde; e (ii) consolidação das soluções de serviço e assistência disponibilizadas aos clientes de forma transversal.

Nesta base, atuando em diferentes linhas de negócio, a atividade em 2022 permitiu obter um volume de prémios emitidos de 95 milhões de Euros (2021: 74 milhões de Euros), sendo o ramo de Incêndio e outros danos responsável por 67% (2021: 77%) deste montante. Importa ainda realçar a evolução alcançada pelo ramo saúde, que atingiu um peso de 21% no volume de prémios emitidos. (2021: 10%)

A Companhia encerra 2022 com um total de apólices em vigor de 586 305 (2021: 488 196 apólices), representando um crescimento de 20,1%.

Os custos com sinistros de seguro direto situaram-se nos 23,2 milhões de Euros (2021: 15,5 milhões de Euros) representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 24,4% (2021: 20,9%), sendo o produto de Multiriscos habitação o principal responsável a este nível.

## Gestão de ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os anos de 2022 e 2021, a Companhia não possuiu quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

MILHÕES DE EUROS		
ATIVOS FINANCEIROS	2022	2021
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6,2	5,2
<b>Ativos disponíveis para venda</b>		
Títulos de dívida pública	18,9	11,5
De outros emissores	31,3	33,1
<b>Total</b>	<b>56,4</b>	<b>49,8</b>

Em 2022, os resultados obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 227 milhares de euros (2021: 205 milhares de Euros).

## Custos e gastos por natureza a imputar

Em 2022 os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 6,2 milhões de Euros (2021: 5,9 milhões de Euros), destacando-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis, como segue:

MILHÕES DE EUROS		
CUSTOS E GASTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2022	2021
Gastos com o pessoal	1,5	1,3
Fornecimentos e serviços externos	3,5	3,5
Impostos e taxas	0,2	0,2
Depreciações e amortizações do exercício	0,6	0,6
Comissões	0,4	0,3
<b>Total</b>	<b>6,2</b>	<b>5,9</b>

Os investimentos e melhorias contínuas introduzidos nos processos da Companhia, permitem uma estabilização da estrutura de custos, apesar do aumento de atividade e das soluções disponibilizadas aos Clientes.

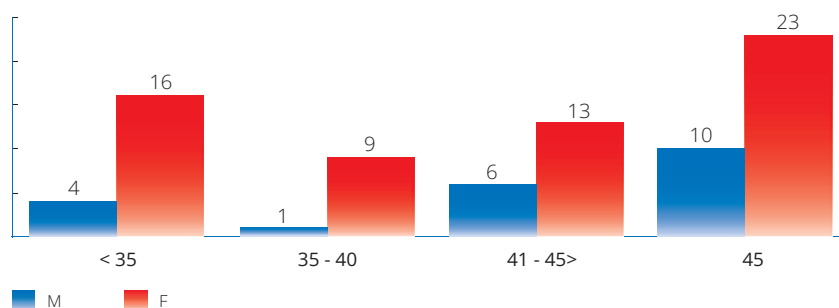
## Recursos humanos e formação

Na Aegon Santander Portugal, a missão é clara: ajudar os seus clientes a proteger o que lhes é mais precioso está no centro do que as equipas da Aegon Santander fazem. Este compromisso para com os clientes e alinhamento com a estratégia de negócio definida pelos Acionistas, contribuem de forma decisiva para o forte desempenho financeiro obtido e exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de forma que seja possível a obtenção de sucesso hoje, mas também na aposta do potencial a longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Aegon Santander Portugal (Vida e Não Vida), conta com 82 colaboradores (incluindo Administrador Delegado).

Os colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 42 anos, sendo 74% mulheres e 26% homens.

### Estrutura de Colaboradores



A estratégia de recursos humanos suporta a performance da Companhia, dando ênfase a: (i) foco nos clientes, ligando as atividades do dia-a-dia com a missão da organização; (ii) autonomia para os colaboradores atuarem em linha com os valores da Companhia; (iii) criar um ambiente de inclusividade e diversidade onde o contributo de todos é valorizado; e (iv) investimento ativo em competências, *mind-sets* e capacidades necessárias para alcançar sucesso na era digital.

A Companhia mantém igualmente o seu compromisso com os seus colaboradores, no que respeita ao desenvolvimento das suas carreiras e competências. Desenvolver novos líderes com foco na agilidade e execução e uma equipa globalmente capacitada para continuar a entregar crescimento contínuo para a Aegon Santander são prioridades dentro da organização.

Desde 2016, a Aegon Santander tem sido distinguida consecutivamente como uma das melhores empresas para trabalhar. Este facto que confirma a estratégia seguida na atração e retenção de talento e materializa-se na excelência dos resultados alcançados ao longo dos anos em todas as vertentes da atividade.

## Capital Próprio e Solvência

No final do ano de 2022, o Capital Próprio da Companhia encontrava-se nos 23,5 milhões de Euros (2021: 23,3 milhões de Euros), o que representa um acréscimo de cerca de 0,1 milhões de Euros face ao ano transato. Esta evolução é essencialmente explicada pelo resultado líquido do exercício, distribuição de dividendos e variação negativa da reserva de justo valor.

No que se refere aos requisitos de capital, a Companhia privilegia a manutenção de rácios de solvência robustos, por forma a permanecer numa situação financeira estável. A gestão do nível de solvência é efetuada numa base trimestral, atendendo tanto às alterações do seu perfil de risco como das condicionantes

económicas. Tendo por base o regime Solvência II, definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia respondeu aos seus requisitos durante o ano de 2022.

Como tal, é entendimento do Conselho de Administração, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2022, tendo por base a sua informação financeira e regulatória disponível. O rácio de solvência será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2023.

## Perspetivas para 2023

A Aegon Santander Portugal Não Vida reagiu bem aos desafios introduzidos pela situação económica atual e está bem posicionada perante os clientes que procuram marcas de confiança, soluções de valor, conveniência e serviços fiáveis.

2023 será um ano desafiante para a Aegon Santander, onde nos manteremos focados no investimento e inovação das linhas de negócio estratégicas, apostando nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda. A prestação de um serviço de qualidade continuará a ser uma das prioridades, dando continuidade ao trabalho desenvolvido que tornou a Companhia uma referência no setor.

Mantendo os Clientes no centro de tudo o que fazemos, continuaremos a desenvolver a nossa estratégia e crescimento sustentável e a reforçar diariamente a nossa relação com todos os *stakeholders*.

## Proposta de aplicação de resultados

O Resultado líquido da Aegon Santander Portugal Não Vida, em 2022, é de 11.653.810 Euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva Legal no montante de 1.165.381 Euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62º da Lei nº 147/2015.

O Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos pelos Acionistas, no montante de 7.608.329 Euros

No que diz respeito ao remanescente, no valor de 2.880.100 Euros, o Conselho de Administração propõe a sua transferência para Reservas Livres.

# Nota final

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 23 de março de 2023

O Conselho de Administração

# o dia

**AE**GON  Santander

SEGUROS NÃO VIDA

# 2.00

**Demonstrações  
Financeiras e  
Anexo**



EUROS

CONTA DE GANHOS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	NOTAS	2022			2021
		TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA	TOTAL	
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>2 l), 5</b>	<b>84 145 138</b>	-	<b>84 145 138</b>	<b>65 235 780</b>
Prémios brutos emitidos		95 259 532	-	95 259 532	74 039 079
Prémios de resseguro cedido		(10 134 814)	-	(10 134 814)	(7 921 533)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		(963 484)	-	(963 484)	(845 412)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(16 096)	-	(16 096)	(36 354)
<b>Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços</b>		-	-	-	-
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>2 l), 6</b>	<b>(22 122 813)</b>	-	<b>(22 122 813)</b>	<b>(14 598 076)</b>
Montantes pagos		(16 303 210)	-	(16 303 210)	(15 258 326)
Montantes brutos		(17 035 280)	-	(17 035 280)	(15 825 147)
Parte dos resseguradores		732 070	-	732 070	566 821
Provisão para sinistros (variação)		(5 819 603)	-	(5 819 603)	660 250
Montante bruto		(6 165 615)	-	(6 165 615)	362 036
Parte dos resseguradores		346 012	-	346 012	298 214
<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)</b>		-	-	-	-
Montante bruto		-	-	-	-
Parte dos resseguradores		-	-	-	-
<b>Participação nos resultados, líquida de resseguro</b>		-	-	-	-
<b>Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)</b>	<b>2 l), 7</b>	<b>(1 229 152)</b>	-	<b>(1 229 152)</b>	<b>(1 078 150)</b>
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	<b>2 l), 8</b>	<b>(45 149 338)</b>	-	<b>(45 149 338)</b>	<b>(37 236 039)</b>
Custos de aquisição		(41 594 394)	-	(41 594 394)	(33 345 931)
Custos de aquisição diferidos (variação)		337 033	-	337 033	299 837
Gastos administrativos		(4 987 699)	-	(4 987 699)	(4 681 987)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		1 095 723	-	1 095 723	492 042
<b>Rendimentos</b>	<b>2 p), 9</b>	<b>616 003</b>	-	<b>616 003</b>	<b>647 653</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		616 003	-	616 003	647 653
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>Gastos financeiros</b>	<b>2 p), 10</b>	<b>(405 223)</b>	-	<b>(405 223)</b>	<b>(479 500)</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(387 308)	-	(387 308)	(461 937)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		(17 915)	-	(17 915)	(17 563)
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	<b>2 d), 13</b>	<b>(1 967)</b>	-	<b>(1 967)</b>	<b>19 649</b>
De ativos disponíveis para venda		(1 967)	-	(1 967)	19 649
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
<b>Diferenças de câmbio</b>		-	-	-	-
<b>Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</b>		-	-	-	-
<b>Perdas de imparidade (líquidas de reversão)</b>		-	<b>(17 026)</b>	<b>(17 026)</b>	<b>3 971</b>
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		-	(17 026)	(17 026)	3 971
<b>Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro</b>		<b>(7 013)</b>	-	<b>(7 013)</b>	<b>(1 397)</b>
<b>Outras provisões (variação)</b>		-	-	-	-
<b>Outros rendimentos/gastos</b>	<b>2 c), 2 s), 14</b>	-	<b>683</b>	<b>683</b>	<b>215 709</b>
<b>Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas</b>		-	-	-	-
<b>Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial</b>		-	-	-	-
<b>Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda</b>		-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>15 845 636</b>	<b>(16 343)</b>	<b>15 829 293</b>	<b>12 729 599</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	2 m), 21	-	-	(4 171 261)	(3 326 568)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	2 m), 21	-	-	(4 223)	1 281
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		-	-	<b>11 653 810</b>	<b>9 404 312</b>

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	NOTAS	2022		2021	
		VALOR BRUTO	IMPARIDADE, DEPRECIações / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	VALOR LÍQUIDO	
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	2 g), 15	6 221 895	-	6 221 895	5 228 835
<b>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</b>		100	-	100	100
Valorizados ao custo		100	-	100	100
Valorizados ao justo valor		-	-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Derivados		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>Derivados de cobertura</b>		-	-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-	-
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	2 d), 16	50 188 357	-	50 188 357	44 596 141
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		50 188 357	-	50 188 357	44 596 141
Outros		-	-	-	-
<b>Empréstimos concedidos e contas a receber</b>		-	-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>Investimentos a deter até à maturidade</b>		-	-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>Terrenos e edifícios</b>		502 099	33 473	468 626	-
Terrenos e edifícios de uso próprio	2 r), 17	502 099	33 473	468 626	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-	-	-	-
<b>Outros ativos tangíveis</b>		-	-	-	-
<b>Inventários</b>		-	-	-	-
<b>Goodwill</b>		-	-	-	-
<b>Outros ativos intangíveis</b>	2 c), 18	8 495 839	4 461 423	4 034 416	4 481 489
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	2 l), 19	1 408 615	-	1 408 615	770 934
Provisão para prémios não adquiridos		14 395	-	14 395	22 617
Provisão para sinistros		846 120	-	846 120	500 108
Provisão para participação nos resultados		548 101	-	548 101	248 209
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
<b>Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</b>		-	-	-	-
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>	2 d), 2 l), 20	521 700	71 908	449 792	497 495
Contas a receber por operações de seguro direto		502 545	71 908	430 637	493 614
Contas a receber por operações de resseguro		0	-	0	3 881
Contas a receber por outras operações		19 155	-	19 155	-
<b>Ativos por impostos e taxas</b>	2 m), 21	1 057 503	-	1 057 503	-
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		1 057 503	-	1 057 503	-
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	2 s), 22	1 750	-	1 750	15 804
<b>Outros elementos do ativo</b>		421	-	421	284
<b>Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</b>		-	-	-	-
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>68 398 279</b>	<b>4 566 804</b>	<b>63 831 475</b>	<b>55 591 082</b>

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA, EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	NOTAS	2022	2021
<b>PASSIVO</b>			
<b>Provisões técnicas</b>	<b>2 l), 19</b>	<b>27 122 835</b>	<b>19 101 618</b>
Provisão para prêmios não adquiridos		3 684 272	3 057 821
Provisão para sinistros		16 528 247	10 362 632
De acidentes de trabalho		7 822	9 148
De outros ramos		16 520 425	10 353 484
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para desvios de sinistralidade		6 905 389	5 678 701
Provisão para riscos em curso		4 928	2 464
Provisão para envelhecimento		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>2 r), 24</b>	<b>483 165</b>	<b>18 529</b>
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		10 161	18 529
Outros		473 004	-
<b>Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>	<b>2 l), 23</b>	<b>8 448 779</b>	<b>8 706 381</b>
Contas a pagar por operações de seguro direto		3 545 198	3 719 921
Contas a pagar por operações de resseguro		2 265 429	1 923 986
Contas a pagar por outras operações		2 638 152	3 062 474
<b>Passivos por impostos e taxas</b>	<b>2 m), 21</b>	<b>2 301 583</b>	<b>3 172 631</b>
Passivos por impostos (e taxas) correntes		2 301 583	3 118 398
Passivos por impostos diferidos		-	54 232
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>2 s), 22</b>	<b>2 024 867</b>	<b>1 280 944</b>
<b>Outras provisões</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros elementos do passivo</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>40 381 230</b>	<b>32 280 103</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
<b>Capital</b>	<b>2 h), 25</b>	<b>7 500 000</b>	<b>7 500 000</b>
<b>Dividendo Antecipado</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros instrumentos de Capital</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Reservas de reavaliação</b>	<b>2 j), 25</b>	<b>(3 934 562)</b>	<b>232 059</b>
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		(3 934 562)	232 059
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
<b>Reserva por impostos diferidos</b>	<b>2 k), 25</b>	<b>1 054 463</b>	<b>(61 496)</b>
<b>Outras reservas</b>	<b>2 i), 25</b>	<b>7 176 535</b>	<b>6 236 104</b>
Reserva legal		2 276 535	1 336 104
Reserva estatutária		-	-
Prêmios de emissão		4 900 000	4 900 000
Outras reservas		-	-
<b>Resultados transitados</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado do exercício</b>		<b>11 653 810</b>	<b>9 404 312</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>23 450 245</b>	<b>23 310 980</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>63 831 475</b>	<b>55 591 082</b>

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
<b>CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2021</b>	2 h), 25	7 500 000	232 059	(61 496)	6 236 104	0	9 404 312	23 310 980
Aplicação de resultados	2 i), 25	-	-	-	940 431	-	(940 431)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(8 463 881)	(8 463 881)
<b>Outro rendimento integral:</b>								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 25	-	(4 166 621)	-	-	-	-	(4 166 621)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 25	-	-	1 115 958	-	-	-	1 115 958
<b>Total da variação do Capital Próprio</b>		-	<b>(4 166 621)</b>	<b>1 115 958</b>	<b>940 431</b>	-	<b>(9 404 312)</b>	<b>(11 514 544)</b>
<b>Resultado do exercício</b>		-	-	-	-	-	<b>11 653 810</b>	<b>11 653 810</b>
<b>Capital próprio em 31 de Dezembro 2022</b>		<b>7 500 000</b>	<b>(3 934 562)</b>	<b>1 054 463</b>	<b>7 176 535</b>	<b>0</b>	<b>11 653 810</b>	<b>23 450 245</b>

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO	NOTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO
<b>CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO 2020</b>	2 h), 25	7 500 000	744 923	(193 680)	5 836 052	3 129 983	4 000 519	21 017 797
Aplicação de resultados	2 i), 25	-	-	-	400 052	-	(400 052)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(3 129 983)	(3 600 467)	(6 730 450)
<b>Outro rendimento integral:</b>								
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 25	-	(512 864)	-	-	-	-	(512 864)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	2 k), 25	-	-	132 184	-	-	-	132 184
<b>Total da variação do Capital Próprio</b>		-	<b>(512 864)</b>	<b>132 184</b>	<b>400 052</b>	<b>(3 129 983)</b>	<b>(4 000 519)</b>	<b>(7 111 129)</b>
<b>Resultado do exercício</b>		-	-	-	-	-	<b>9 404 312</b>	<b>9 404 312</b>
<b>Capital próprio em 31 de Dezembro 2021</b>		<b>7 500 000</b>	<b>232 059</b>	<b>(61 496)</b>	<b>6 236 104</b>	<b>0</b>	<b>9 404 312</b>	<b>23 310 980</b>

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL	NOTAS	2022	2021
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>11 653 810</b>	<b>9 404 312</b>
<b>Outro rendimento integral do exercício</b>			
<b>Ativos que reclassificam por resultados</b>			
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	2 j), 25	(4 166 621)	(512 864)
Reserva por impostos relacionados com itens que reclassificam por resultados	2 k), 25	1 115 958	132 184
<b>Rendimento integral total do exercício</b>		<b>8 603 147</b>	<b>9 023 633</b>

EUROS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2022	2021
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Operações de seguro</b>		
Prêmios de seguro direto	104 443 105	81 749 497
Custos com sinistros de seguro direto	(17 495 604)	(13 841 996)
Comissões por intermediação de seguros	(33 917 754)	(26 838 126)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(8 281 712)	(6 824 897)
<b>Outros fluxos de caixa</b>		
Pagamentos a fornecedores	(8 494 920)	(8 760 195)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(15 581 133)	(9 443 236)
Outros fluxos de caixas operacionais	(1 585 022)	(1 013 624)
<b>Total</b>	<b>19 086 960</b>	<b>15 027 423</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Investimentos financeiros</b>		
Aquisições	(13 990 499)	(8 822 266)
Vendas	2 109 766	416 814
Amortizações de capital	1 750 000	2 933 390
Rendimentos de títulos	599 431	714 759
<b>Outros investimentos</b>		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(98 717)	-
<b>Total</b>	<b>(9 630 020)</b>	<b>(4 757 303)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos	(8 463 881)	(11 730 450)
<b>Total</b>	<b>(8 463 881)</b>	<b>(11 730 450)</b>
Variação de caixa e equivalentes de caixa	993 059	(1 460 331)
Caixa e Equivalentes e Depósitos no início do período	5 228 835	6 689 166
Caixa e Equivalentes e Depósitos no final do período	6 221 895	5 228 835

# Notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras

(Montantes em Euros, exceto quando expressamente indicado)

## 1. Informações gerais

A Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido do ramo não vida – Acidentes e doença e Incêndio e outros danos, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros não vida (ramos reais) têm por objeto segurar danos em coisas, bens imateriais, créditos e quaisquer outros direitos patrimoniais, bem como os seguros pessoais (exceto o seguro de vida). No caso concreto da Companhia os ramos reais referem-se a seguros de acidentes pessoais, acidentes de trabalho e multirriscos habitação.

Conforme indicado na Nota 25, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se insere (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 12.400.000 Euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 Euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 Euro cada, e o prémio de emissão no montante de 4.900.000 Euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia a totalidade da sua carteira de seguros do ramo não vida – Acidentes pessoais, pelo montante de 500.000 Euros, bem como os respetivos ativos e passivos associados. Adicionalmente, a Companhia adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400.000 Euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguro correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A. ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado em 16 de dezembro de 2010 com a Liberty Seguros, S.A., sucessora da Génesis Seguros Generales, Sociedad Anónima de Seguros y Reaseguros (adiante designada “Carteira Liberty”) – seguros do ramo Incêndio e outros danos.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039. Em 27 de fevereiro de 2015 o Banco Santander Totta, S.A. notificou a Liberty Seguros, S.A. para efeitos de aquisição da Carteira mencionada anteriormente, sendo que esta operação foi efetivada através da celebração de um tratado de co-seguro e de resseguro, em julho de 2015, entre a Companhia e a Liberty Seguros S.A. No âmbito destes acordos os novos contratos de seguro do ramo Incêndio e outros danos são comercializados em co-seguro entre a Companhia e a Liberty Seguros, S.A. e adicionalmente a Liberty Seguros S.A. cede e a Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. aceita uma parte do risco de seguro da carteira nos termos do tratado de resseguro celebrado entre as duas Companhias.

Salienta-se ainda que estes tratados mantiveram-se em vigor até ao final do primeiro semestre de 2018, momento em que ocorreu a migração total da carteira de apólices em vigor à data para a Aegon Santander Portugal Não Vida e excluem todas as novas apólices subscritas a partir de 1 de abril de 2017, as quais são comercializadas exclusivamente pela Aegon Santander Portugal Não Vida.

Em setembro de 2019, concretizou-se a incorporação do ramo de atividade adquirido à Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. no final de 2018, composto por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetadas, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o oitavo exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2022.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023.

## **2. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas adotadas**

### **Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.



As demonstrações financeiras estão expressas em Euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3. Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

## **Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas**

### **Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2022**

- IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021'. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022, permitindo registar as rendas bonificadas no âmbito da COVID-19 como pagamentos de locação variáveis, e não como uma modificação à locação. As condições de aplicação do expediente prático mantêm-se, sendo que a extensão do expediente prático apenas pode ser aplicada pelos locatários que aplicaram o expediente prático anterior. Esta alteração à norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 16 (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento'. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 37 (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato'. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 3 (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual'. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar, relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, e proíbe o registo de ativos contingentes da adquirida numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- Melhorias às normas 2018 – 2020. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

### **Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, que a União Europeia já endossou:**

- IAS 1 (alteração), 'Divulgação de políticas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de "material", em detrimento de "significativo". A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O *IFRS Practice Statement 2* foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de "material" à divulgação de políticas contabilísticas. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IAS 8 (alteração), 'Divulgação de estimativas contabilísticas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.
- IFRS 17 (nova e alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta nova norma substituiu a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emitentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emitentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17 as entidades emitentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral

de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. As referidas alterações terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Todos os contratos/produtos comercializados pela Companhia são abrangidos pelo âmbito do IFRS 17. Para efeitos de transição, os contratos de seguro serão mensurados de acordo com a abordagem retrospectiva modificada e contabilizados de acordo com a abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”). A Administração não perspectiva, tendo por base o trabalho de implementação realizado até à data, impactos significativos, à data de transição, no capital próprio da Companhia nem existência de contratos onerosos.

- IFRS 17 (alteração), ‘Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa’ (em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar defasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9. As referidas alterações não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, encontrando-se o principal efeito associado ao registo da Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas.
- IAS 12 (alteração), ‘Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias não estão no âmbito da isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. As referidas alterações não terão impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, mas que a União Europeia ainda não endossou:**

- IAS 1 (alteração), ‘Passivos não correntes com “covenants”’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para

além de 12 meses após a data de relato. Também clarifica que os “covenants”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 16 (alteração), ‘Passivos de locação em transações de venda e relocação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2024). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

## Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as a seguir descritas, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

### a) Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia explora os ramos de seguros não vida de Acidentes Pessoais e Incêndio e outros danos, estes são os seus únicos segmentos.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

### b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,50%
- Máquinas e ferramentas 20,00%
- Equipamento informático 33,33%
- Material de transporte 25,00%

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

### **c) Ativos intangíveis**

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflète, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou nesta rubrica o preço de aquisição das carteiras de seguros não vida transferidas da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 2014 e da Popular, Companhia de Seguros, S.A. em 2019, bem como o custo de aquisição do direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty. Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

**d) Ativos financeiros****i) Classificação**

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Investimentos em filiais**  
São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.
- **Investimentos em associadas**  
São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas. Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.
- **Empreendimentos conjuntos**  
São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis. Atualmente a Companhia apenas possui uma participação de 100 Euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).
- **Ativos financeiros detidos para negociação**  
Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística. Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.
- **Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas**  
Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados. Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.
- **Ativos disponíveis para venda**  
Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.



- **Investimentos a deter até à maturidade**  
São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.  
Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.
- **Empréstimos concedidos e contas a receber**  
Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.  
Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

## **ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento**

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

## **iii) Mensuração subsequente**

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital Próprio (Reserva de Reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo), (ii) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (iii) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os



*exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do *Bloomberg Generic Price* (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

#### **iv) Transferências entre categorias de ativos financeiros**

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

#### **v) Imparidade**

##### **Imparidade de títulos**

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contábilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

a) Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respectivo custo e,

b) Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base o normativo contábilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contábilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

#### **Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa**

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica "Contas a receber por operações de seguro direto".

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto,

de resseguro ou outras, com exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

**e) Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados**

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período. O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade. Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

**f) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

**g) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

**h) Capital Social**

As ações são classificadas como Capital Próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital Próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

**i) Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

#### **j) Reservas de reavaliação**

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

#### **k) Reserva por impostos diferidos**

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

#### **l) Contratos de seguro e contratos de investimento**

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro, ou seja, aceita um risco de seguro significativo de outra parte, mediante a aceitação de um valor (prémio), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

O PCES define que os prémios de seguro direto sejam considerados, na sua totalidade, como rendimentos no momento da emissão ou renovação da respetiva apólice. Define também que os sinistros sejam considerados no momento da sua participação.

#### **Prémios**

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

#### **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

#### **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, da ASF, calcula esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *prorata temporis* a partir dos prémios comerciais deduzidos dos respetivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

#### **Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro direto e resseguro aceite, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, e da rendibilidade dos investimentos, de acordo com o definido pela ASF. Esta provisão é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de cedência e de despesas, deduzida do rácio de rendibilidade dos investimentos seja superior a 1, sendo o cálculo efetuado por ramos.

#### **Provisão para sinistros**

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (“IBNR”) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização. A provisão para sinistros IBNR é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão, é efetuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Para o cálculo da provisão para sinistros IBNR, foram efetuadas estimativas atuariais, baseadas nas características específicas dos ramos e produtos comercializados pela Companhia.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada. A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda em consideração o montante necessário para fazer face à gestão de sinistros.

#### **Provisão para desvios de sinistralidade**

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pela Companhia, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pela Companhia.

#### **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro não vida.

### **Contas a receber e a pagar de contratos de seguro**

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

### **Contas a receber e a pagar por operações de resseguro**

A Companhia no decurso normal da sua atividade cede negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro Cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

### **m) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital Próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital Próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital Próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

### **n) Benefícios concedidos aos empregados**

#### **Plano de benefícios pós emprego**

Em 2 de dezembro de 2020, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., aderiram ao Acordo Coletivo

de Trabalho (ACT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e sindicatos representativos da classe profissional (STAS, SISEPE SINAPSA), a 6 de abril de 2020. De acordo com o n.º 1 da cláusula 52ª do ACT, “Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa”. O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo VII do novo ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

#### **Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)**

Ao abrigo da cláusula 44ª do ACT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

#### **Benefícios de saúde**

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica.

Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

#### **Bónus de desempenho**

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.



### **Estimativa para férias e subsídio de férias**

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica “Acréscimos e diferimentos” no passivo da Demonstração da posição financeira.

### **o) Provisões, ativos e passivos contingentes**

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

### **p) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

**q) Transações em moeda estrangeira**

As conversões para Euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para Euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

**r) Ativos sob direito de uso e passivos de locação**

Com a entrada em vigor da IFRS 16 a 1 de janeiro de 2019, a qual introduziu alterações significativas na contabilização de alguns contratos de locação, a Companhia passou a ter de reconhecer contabilisticamente um passivo de locação e um ativo de “direito de uso”.

O passivo de locação corresponde ao valor atual das rendas a pagar durante o período de locação, descontado à taxa de juro implícita do contrato. O passivo deverá ser remensurado sempre que existirem alteração no contrato de locação que assim o justifiquem.

O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, sendo posteriormente depreciado pelo método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Será igualmente sujeito a teste de imparidade e ajustado caso sejam efetuadas remensurações no passivo de locação.

Os critérios para que um contrato de locação seja enquadrado na IFRS 16 são: (i) identificar um ativo ou conjunto de ativos, explicitamente ou implicitamente e (ii) controlo sobre o ativo ou conjunto de ativos; (iii) benefício económico futuro do uso. Adicionalmente a IFRS 16 prevê a isenção de tratamento para contratos de locação cuja a maturidade é inferior a 12 meses e/ou os ativos subjacentes sejam de valor inferior a 5.000 dólares. Nestas circunstâncias a Companhia regista o pagamento das rendas por contrapartida do reconhecimento de gastos no exercício.

**s) Reconhecimento de outros rendimentos e gastos**

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

**t) Ativos não correntes detidos para venda**

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis.

Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

### **3. Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

#### **a) Provisões técnicas**

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística de “provisões técnicas”. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

A principal provisão técnica nos ramos não vida é a provisão para sinistros. Pela sua natureza, as provisões para sinistros são obrigações de montante e temporeidade incerta, em que o julgamento e as estimativas utilizadas têm um forte impacto sobre os valores reconhecidos no balanço.

As provisões para sinistros são constituídas para cada processo de sinistro, suportadas em informação específica relativa ao sinistro ocorrido, com base no qual é determinada a melhor estimativa do montante das indemnizações e despesas que terão de vir a ser pagas. Na constituição de cada uma dessas provisões, o gestor do sinistro utiliza o seu julgamento e experiência, que não obstante estar balizado por informação relativa a custos médios, incorpora incerteza e variabilidade. A utilização de um julgamento diferente conduziria a uma provisão diferente.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

**b) Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

**c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

**d) Imparidade de ativos intangíveis**

A Companhia efetua uma análise de indicadores de imparidade dos ativos intangíveis, tendo por base a estimativa do valor atual dos fluxos de caixa esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

**e) Impostos sobre lucros**

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos fiscais

reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

## 4. Reporte por segmentos

A Companhia opera nos ramos não vida e explora os ramos de acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral. A Companhia desenvolve a sua atividade em Portugal.

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos.

Os principais valores, por segmento de negócio da Companhia, são os seguintes, em 2022 e 2021:

EUROS

2022	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS)	RESULTADO DA CONTA TÉCNICA	ATIVOS AFETOS À REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	PROVISÕES TÉCNICAS
<b>Acidentes e doença</b>										
Acidentes de trabalho	75 944	73 665	(5 963)	(23 579)	(42 514)	166	(2 464)	(688)	58 331	31 700
Acidentes pessoais	10 479 693	10 474 570	(425 165)	(5 602 498)	(176 731)	22 972	(7 013)	4 286 134	3 207 935	1 743 320
Doença	20 398 260	19 671 309	(1 992 368)	(11 287 363)	(860 942)	44 714	-	5 575 351	4 244 507	2 306 634
<b>Incêndio e outros danos</b>										
Multirriscos habitação	64 275 602	64 045 720	(20 776 099)	(29 316 675)	(6 888 469)	140 895	(1 226 688)	5 978 684	42 365 956	23 023 344
<b>Responsabilidade civil geral</b>										
	30 034	30 784	(1 299)	(14 946)	(8 450)	66	-	6 155	32 825	17 839
<b>Total</b>	<b>95 259 532</b>	<b>94 296 049</b>	<b>(23 200 894)</b>	<b>(46 245 061)</b>	<b>(7 977 106)</b>	<b>208 814</b>	<b>(1 236 166)</b>	<b>15 845 636</b>	<b>49 909 555</b>	<b>27 122 835</b>

EUROS

2021	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO	RESULTADO DOS INVESTIMENTOS	OUTROS PROVEITOS / (CUSTOS)	RESULTADO DA CONTA TÉCNICA	ATIVOS AFETOS À REPRESENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS	PROVISÕES TÉCNICAS
<b>Acidentes e doença</b>										
Acidentes de trabalho	73 292	72 324	(7 605)	(28 314)	(40 825)	186	-	(4 233)	66 061	28 699
Acidentes pessoais	9 548 866	9 543 995	(829 468)	(5 378 125)	(155 049)	24 221	(1 397)	3 204 178	4 399 578	1 911 348
Doença	7 685 831	7 189 460	(962 823)	(4 696 776)	(253 775)	19 495	-	1 295 582	2 577 294	1 119 677
<b>Incêndio e outros danos</b>										
Multirriscos habitação	56 698 541	56 354 398	(13 661 451)	(27 608 036)	(6 142 968)	143 817	(1 078 150)	8 007 610	36 884 246	16 023 955
<b>Responsabilidade civil geral</b>										
	32 549	33 490	(1 764)	(16 831)	(8 195)	83	-	6 783	41 290	17 938
<b>Total</b>	<b>74 039 079</b>	<b>73 193 667</b>	<b>(15 463 111)</b>	<b>(37 728 081)</b>	<b>(6 600 810)</b>	<b>187 801</b>	<b>(1 079 547)</b>	<b>12 509 919</b>	<b>43 968 468</b>	<b>19 101 618</b>

## 5. Prémios adquiridos líquidos de resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

EUROS

	2022	2021
Prémios brutos emitidos	95 259 532	74 039 079
Prémios de resseguro cedido	(10 134 814)	(7 921 533)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(963 484)	(845 412)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(16 096)	(36 354)
<b>Prémios adquiridos líquidos de resseguro</b>	<b>84 145 138</b>	<b>65 235 780</b>

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos, da variação da provisão para prémios não adquiridos e dos prémios adquiridos de seguro direto, em 2022 e 2021:

EUROS

	2022			2021		
	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS ADQUIRIDOS	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS ADQUIRIDOS
<b>Acidentes e doença</b>						
Acidentes de trabalho	75 944	(2 278)	73 665	73 292	(967)	72 324
Acidentes pessoais	10 479 693	(5 123)	10 474 570	9 548 866	(4 871)	9 543 995
Doença	20 398 260	(726 950)	19 671 309	7 685 831	(496 371)	7 189 460
<b>Incêndio e outros danos</b>						
Multirriscos habitação	64 275 602	(229 882)	64 045 720	56 698 541	(344 143)	56 354 398
<b>Responsabilidade civil geral</b>	<b>30 034</b>	<b>749</b>	<b>30 784</b>	<b>32 549</b>	<b>940</b>	<b>33 490</b>
<b>Total</b>	<b>95 259 532</b>	<b>(963 484)</b>	<b>94 296 049</b>	<b>74 039 079</b>	<b>(845 412)</b>	<b>73 193 667</b>

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *prorata temporis* a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração. Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2022 e 2021:

EUROS

	2022			2021		
	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS PARTE RESSEGURO	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO ADQUIRIDOS	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS PARTE RESSEGURO	PRÉMIOS DE RESSEGURO CEDIDO ADQUIRIDOS
<b>Acidentes e doença</b>						
Acidentes de trabalho	56 451	-	56 451	56 206	201	56 407
Acidentes pessoais	364 268	16 096	380 364	375 711	33 388	409 099
Doença	2 821 261	-	2 821 261	1 006 963	2	1 006 965
<b>Incêndio e outros danos</b>						
Multirriscos habitação	6 877 897	-	6 877 897	6 466 117	2 762	6 468 880
<b>Responsabilidade civil geral</b>	<b>14 937</b>	<b>-</b>	<b>14 937</b>	<b>16 537</b>	<b>-</b>	<b>16 537</b>
<b>Total</b>	<b>10 134 814</b>	<b>16 096</b>	<b>10 150 910</b>	<b>7 921 533</b>	<b>36 354</b>	<b>7 957 887</b>

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método *prorata temporis*, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido. Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

## 6. Custos com sinistros líquidos de resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

EUROS						
	2022			2021		
	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	LÍQUIDO	SEGURO DIRETO E RESSEGURO ACEITE	RESSEGURO CEDIDO	LÍQUIDO
<b>Montantes pagos</b>						
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	6 779	(2 798)	3 981	11 088	(4 804)	6 283
Acidentes pessoais	562 054	(29 049)	533 004	536 313	(45 729)	490 584
Doença	1 237 658	(644 985)	592 673	454 823	(224 258)	230 565
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	14 930 185	(55 114)	14 875 071	14 609 144	(291 452)	14 317 692
Responsabilidade civil geral	386	(123)	263	1 156	(578)	578
Custos de gestão imputados (Nota 11)	298 217	-	298 217	212 623	-	212 623
<b>Varição da provisão para sinistros</b>						
Acidentes e doença						
Acidentes de trabalho	(1 326)	69	(1 257)	(3 991)	320	(3 672)
Acidentes pessoais	(170 077)	3 707	(166 369)	265 614	(3 999)	261 616
Doença	689 247	(403 715)	285 532	483 945	(260 074)	223 871
Incêndio e outros danos						
Multirriscos habitação	5 647 208	54 207	5 701 415	(1 107 799)	(34 460)	(1 142 259)
Responsabilidade civil geral	562	(280)	282	195	-	195
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>	<b>23 200 894</b>	<b>(1 078 081)</b>	<b>22 122 813</b>	<b>15 463 111</b>	<b>(865 035)</b>	<b>14 598 076</b>

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2022	2021	NOTAS
Rácio de sinistralidade	24,4%	20,9%	Custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite / Prémios brutos emitidos
Rácio de despesa	48,5%	51,0%	Custos e gastos de exploração brutos / Prémios brutos emitidos
Rácio combinado	72,9%	71,8%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
Rácio financeiro	0,2%	0,3%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
Rácio operacional	72,7%	71,6%	Rácio combinado - Rácio financeiro

## 7. Outras provisões técnicas, líquida de resseguro

A rubrica de Outras provisões técnicas corresponde à variação da provisão para desvios de sinistralidade e provisão para riscos em curso. Ver Nota 19.

## 8. Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

EUROS		
	2022	2021
Custos de aquisição	40 653 900	32 405 834
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	940 495	940 097
Custos de aquisição diferidos	(337 033)	(299 837)
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	4 987 699	4 681 987
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(1 095 723)	(492 042)
<b>Total</b>	<b>45 149 338</b>	<b>37 236 039</b>

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos. Ver Nota 11.



Os custos de aquisição incluem o montante de 35,3 milhões de Euros (2021: 28,4 milhões de Euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia. Ver Nota 26.

Em 2022, os custos de aquisição refletem ainda iniciativas desenvolvidas no âmbito de processos comerciais e de contratação, com vista à obtenção de maior digitalização e maior facilidade/eficiência interna e externa à Companhia.

A rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro inclui o montante de 541 milhares de Euros (2021: 236 milhares de Euros) relativo a participação nos resultados. Ver Nota 19.

## 9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	EUROS	
	2022	2021
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Ativos disponíveis para venda		
Juros	616 003	647 653
<b>Total</b>	<b>616 003</b>	<b>647 653</b>

## 10. Gastos financeiros

A rubrica de gastos financeiros é analisada como segue:

	EUROS	
	2022	2021
<b>De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Ativos disponíveis para venda		
Custo amortizado pela taxa efectiva	387 308	461 937
<b>Outros</b>		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	17 915	17 563
<b>Total</b>	<b>405 223</b>	<b>479 500</b>

## 11. Custos por natureza imputados

Em 2022 e 2021, os gastos por natureza são imputados por função e por ramo como se segue:

	2022						2021					
	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	TOTAL	ACIDENTES DE TRABALHO	ACIDENTES PESSOAIS	DOENÇA	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	TOTAL
<b>Gastos por função e por ramo</b>												
Custos com sinistros (Nota 6)	510	33 189	65 463	198 706	351	298 217	508	27 540	24 055	160 106	413	212 623
Custos de aquisição (Nota 8)	4 189	66 690	346 587	514 249	8 779	940 495	5 317	99 395	209 571	615 985	9 830	940 097
Custos administrativos (Nota 8)	5 083	553 170	1 055 938	3 370 922	2 587	4 987 699	5 690	607 379	472 762	3 593 026	3 131	4 681 987
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	15	1 985	3 752	12 157	6	17 915	18	2 279	1 738	13 520	8	17 563
<b>Total</b>	<b>9 796</b>	<b>655 033</b>	<b>1 471 740</b>	<b>4 096 034</b>	<b>11 723</b>	<b>6 244 326</b>	<b>11 533</b>	<b>736 593</b>	<b>708 125</b>	<b>4 382 637</b>	<b>13 382</b>	<b>5 852 271</b>

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

EUROS		
	2022	2021
<b>Gastos por natureza</b>		
Gastos com o pessoal	1 500 556	1 269 951
Fornecimentos e serviços externos	3 490 897	3 483 349
Impostos e taxas	230 608	179 255
Depreciações e amortizações do exercício	579 264	581 375
Juros	9 215	-
Comissões	433 785	338 342
<b>Total</b>	<b>6 244 326</b>	<b>5 852 271</b>

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

EUROS		
	2022	2021
<b>Remunerações</b>		
Dos órgãos sociais	109 188	109 275
Do pessoal	1 129 771	941 270
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>215 988</b>	<b>183 289</b>
<b>Benefícios pós-emprego</b>		
Planos de contribuição definida	17 592	16 324
<b>Outros benefícios a longo prazo dos empregados</b>	<b>5 133</b>	<b>5 140</b>
<b>Seguros</b>	<b>18 398</b>	<b>10 912</b>
<b>Outros gastos com pessoal</b>	<b>4 486</b>	<b>3 741</b>
<b>Total</b>	<b>1 500 556</b>	<b>1 269 951</b>

A remuneração dos Órgãos Sociais, encontra-se detalhada no quadro que se segue:

EUROS		
	2022	2021
<b>Remunerações</b>		
<b>Conselho Fiscal</b>		
Presidente	13 179	11 460
Vogal	8 970	7 800
Vogal	8 970	7 800
<b>Conselho de Administração</b>		
Administrador Delegado (*)	47 030	46 515
<b>Conselho de Administração</b>		
Remunerações variáveis (**)	31 039	35 700
<b>Total</b>	<b>109 188</b>	<b>109 275</b>

\* inclui estimativas de custos com férias e subsídio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos

\*\* apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. tem ao seu serviço 82 colaboradores, incluindo o Administrador Delegado, (2021: 76).

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

EUROS		
	2022	2021
Material de escritório	1 981	4 111
Comunicação	149 449	47 803
Deslocações e estadas	1 910	322
Trabalhos especializados	3 155 488	3 250 951
Outros fornecimentos e serviços	182 069	180 162
<b>Total</b>	<b>3 490 897</b>	<b>3 483 349</b>

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos - trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 60 milhares de Euros (2021: 55 milhares de Euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia (no montante de 43 milhares de Euros (2021: 41 milhares de Euros))

e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial (no montante de 16 milhares de Euros (2021: 14 milhares de Euros)).

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,4 milhões de Euros relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2021: 1,7 milhões de Euros), bem como 646 milhares de Euros (2021: 300 milhares de Euros) relativos a gastos de consultoria associados a projetos de natureza atuarial, comercial e de implementação da nova norma contabilística IFRS 17.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico no montante de 553 milhares de Euros (2021: 552 milhares de Euros), (ver Nota 26), bem como outros gastos de consultoria e serviços de *outsourcing*.

As depreciações e amortizações do exercício ascenderam a 579 milhares de Euros (2021: 581 milhares de Euros). Ver Nota 17 e 18.

## 12. Benefícios a empregados

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE nº4 de 29 janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (plano individual de reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2022 ascendeu a 18 milhares de Euros (2021: 16 milhares de Euros).

### Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do ACT, a cláusula 42ª contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2022 ascendeu a 5 milhares de Euros (2021: 5 milhares de Euros).

### Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

## 13. Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda registados em 2021 correspondem a valias obtidas na alienação de títulos. Em 2022 a companhia registou uma ligeira menos valia decorrente de venda de títulos.

## 14. Outros rendimentos/gastos

O montante registado em 31 de dezembro de 2022 na rubrica de Outros rendimentos/gastos corresponde essencialmente a proveitos relativos a juros credores.

## 15. Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Caixa e seus equivalentes	-	-
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	6 221 895	5 228 835
<b>Total</b>	<b>6 221 895</b>	<b>5 228 835</b>

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

## 16. Ativos disponíveis para venda

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

	EUROS					
	CUSTO AMORTIZADO	VARIACÃO NO JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
		POSITIVA	NEGATIVA			
<b>Ativos disponíveis para venda</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	19 541 799	-	(773 383)	18 768 415	158 007	18 926 422
De outros emissores	34 236 678	-	(3 161 179)	31 075 500	186 435	31 261 934
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>53 778 477</b>	<b>-</b>	<b>(3 934 562)</b>	<b>49 843 915</b>	<b>344 442</b>	<b>50 188 357</b>

	Euros					
	CUSTO AMORTIZADO	VARIACÃO NO JUSTO VALOR		JUSTO VALOR	JURO DECORRIDO	VALOR DE BALANÇO
		POSITIVA	NEGATIVA			
<b>Ativos disponíveis para venda</b>						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	11 135 988	215 497	(2 730)	11 348 756	126 982	11 475 738
De outros emissores	32 921 031	198 342	(179 050)	32 940 323	180 080	33 120 402
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>44 057 020</b>	<b>413 839</b>	<b>(181 780)</b>	<b>44 289 079</b>	<b>307 061</b>	<b>44 596 141</b>

## 17. Terrenos e Edifícios

Em 1 de Setembro de 2022, a Companhia assinou um contrato de arrendamento relativo aos seus novos escritórios. De acordo com o IFRS16, a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 é analisado como se segue:

TERRENOS E EDIFÍCIOS	2022	2021
Ativo sob direito de uso - Edifício	502 099	-
Depreciações do Exercício	(33 473)	-
<b>Total</b>	<b>468 626</b>	<b>-</b>

Adicionalmente, ver nota 24.

## 18. Outros ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como se segue:

	2022	2021
Direito de aquisição da Carteira Liberty	4 400 000	4 400 000
Transferência da carteira de acidentes pessoais	500 000	500 000
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1 871 535	1 871 535
Despesas com aplicações informáticas	1 724 304	1 625 586
	<b>8 495 839</b>	<b>8 397 121</b>
Amortizações acumuladas	(4 461 423)	(3 915 632)
<b>Total</b>	<b>4 034 416</b>	<b>4 481 489</b>

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2022 e 2021 são analisados como se segue:

	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
<b>Outros ativos intangíveis</b>				
Direito de aquisição da Carteira Liberty	2 794 571	-	(214 476)	2 580 095
Transferência da carteira de acidentes pessoais	32 899	-	(14 547)	18 353
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1 448 805	-	(146 009)	1 302 796
Despesas com aplicações informáticas	205 214	98 717	(170 759)	133 172
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>4 481 489</b>	<b>98 717</b>	<b>(545 790)</b>	<b>4 034 416</b>

	SALDO INICIAL	AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES	VALOR DE BALANÇO
<b>Outros ativos intangíveis</b>				
Direito de aquisição da Carteira Liberty	3 017 983	-	(223 412)	2 794 571
Transferência da carteira de acidentes pessoais	52 764	-	(19 865)	32 899
Transferência da carteira comercializada pela Popular Seguros	1 616 477	-	(167 672)	1 448 805
Despesas com aplicações informáticas	375 639	-	(170 426)	205 214
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>5 062 864</b>	<b>-</b>	<b>(581 375)</b>	<b>4 481 489</b>

O saldo da rubrica “Direito de aquisição da Carteira Liberty” corresponde ao preço acordado entre o Banco Santander Totta, S.A. e a Companhia para a aquisição por esta do direito de opção de ser designada como a empresa de seguros adquirente da Carteira Liberty (Ver Nota 1).

O saldo da rubrica “Transferência da carteira não vida” corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros não vida anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método do desconto dos dividendos futuros, utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

No final de 2018, a Companhia celebrou com a Popular Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriu um ramo de atividade constituído por uma carteira de apólices de seguros dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral, juntamente com todos os elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetas à referida carteira, incluindo os

contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, pelo montante total de 2,0 milhões de Euros. Para efeitos de definição do preço de transferência, foi utilizado o método *cash flows* futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto de 11,5%. Os *cash flows* futuros foram projetados até ao término de cada apólice, considerando uma taxa de anulação adequada ao *portfolio*.

O preço final acordado para a transferência foi posteriormente ajustado para 1,9 milhões de Euros, tendo em conta as cláusulas de ajustamento de preço previstas no referido contrato.

Para além dos ativos e passivos identificados no contrato de transferência a Companhia identifica ainda como um ativo intangível adquirido o “*value of business acquired*” (VOBA) relativo à carteira de seguros que faz parte integrante do negócio. O VOBA da referida carteira de seguros ascende a 1,9 milhões de Euros e pretende refletir o valor estimado dos benefícios económicos futuros que serão gerados pelas apólices que constituem a referida carteira.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma análise a indicadores de imparidade destes ativos. Esta análise incluiu entre outros aspetos a comparação dos principais pressupostos incluídos na avaliação que definiu o preço de transferência com a atual evolução das carteiras, em particular (i) comportamento de anulação dos contratos; (ii) evolução da sinistralidade; e (iii) rentabilidade efetiva da carteira. Adicionalmente, foram considerados a existência de fatores externos e internos que possam afetar os *cash flows* futuros. Esta análise permitiu concluir sobre a inexistência de indicadores de imparidade.

Estes ativos serão amortizados ao longo do período em que se espera que as referidas carteiras gerem benefícios económicos para a Companhia. O saldo remanescente será amortizado da seguinte forma:

EUROS						
AMORTIZAÇÃO ESTIMADA	2023	2024	2025	2026	2027	APÓS
Direito de aquisição da Carteira Liberty	206 000	198 000	190 000	182 000	175 000	1 630 000
Transferência da carteira de acidentes pessoais	11 000	8 000	-	-	-	-
Transferência de unidade de negócio ex-Popular Seguros	128 000	113 000	100 000	89 000	80 000	793 000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

Para os restantes ativos, considera-se que o valor contabilístico relevado, não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos.

## 19. Provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

EUROS						
	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2022	SEGURO DIRETO	RESSEGURO CEDIDO	2021
Provisão para prémios não adquiridos	3 684 272	(14 395)	3 669 877	3 057 821	(22 617)	3 035 204
Provisão para sinistros	16 528 247	(846 120)	15 682 127	10 362 632	(500 108)	9 862 524
Provisão para desvios de sinistralidade	6 905 389	-	6 905 389	5 678 701	-	5 678 701
Provisão para riscos em curso	4 928	-	4 928	2 464	-	2 464
Provisão para participação nos resultados	-	(548 101)	(548 101)	-	(248 209)	(248 209)
<b>Total de provisões técnicas</b>	<b>27 122 835</b>	<b>(1 408 615)</b>	<b>25 714 220</b>	<b>19 101 618</b>	<b>(770 934)</b>	<b>18 330 684</b>

Em 2022 e 2021, as provisões técnicas de seguro direto desagregam-se como segue:

EUROS

	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE	PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO	PROVISÕES TÉCNICAS
<b>Acidentes e doença</b>					
Acidentes de trabalho	18 950	7 822	-	4 928	31 700
Acidentes pessoais	316 297	1 427 023	-	-	1 743 320
Doença	1 003 760	1 302 873	-	-	2 306 634
<b>Incêndio e outros danos</b>					
Multiriscos habitação	2 333 203	13 784 752	6 905 389	-	23 023 344
<b>Responsabilidade civil geral</b>	<b>12 062</b>	<b>5 777</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17 839</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>3 684 272</b>	<b>16 528 247</b>	<b>6 905 389</b>	<b>4 928</b>	<b>27 122 835</b>

Euros

	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA DESVIOS DE SINISTRALIDADE	PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO	PROVISÕES TÉCNICAS
<b>Acidentes e doença</b>					
Acidentes de trabalho	17 088	9 148	-	2 464	28 699
Acidentes pessoais	314 249	1 597 100	-	-	1 911 348
Doença	506 051	613 626	-	-	1 119 677
<b>Incêndio e outros danos</b>					
Multiriscos habitação	2 207 710	8 137 544	5 678 701	-	16 023 955
<b>Responsabilidade civil geral</b>	<b>12 723</b>	<b>5 214</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17 938</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2021</b>	<b>3 057 821</b>	<b>10 362 632</b>	<b>5 678 701</b>	<b>2 464</b>	<b>19 101 618</b>

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede ao reconhecimento de custos de aquisição diferidos, deduzindo estes encargos de aquisição à provisão para prémios não adquiridos, em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite desagregam-se como segue:

EUROS

	PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2022	PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	2021
<b>Acidentes e doença</b>						
Acidentes de trabalho	22 638	(3 688)	18 950	20 359	(3 272)	17 088
Acidentes pessoais	526 174	(209 877)	316 297	521 051	(206 802)	314 249
Doença	1 438 824	(435 064)	1 003 760	711 874	(205 823)	506 051
<b>Incêndio e outros danos</b>						
Multiriscos habitação	3 485 153	(1 151 949)	2 333 203	3 255 270	(1 047 560)	2 207 710
<b>Responsabilidade civil geral</b>	<b>13 679</b>	<b>(1 617)</b>	<b>12 062</b>	<b>14 428</b>	<b>(1 705)</b>	<b>12 723</b>
<b>Provisão para prémios não adquiridos</b>	<b>5 486 467</b>	<b>(1 802 195)</b>	<b>3 684 272</b>	<b>4 522 983</b>	<b>(1 465 162)</b>	<b>3 057 821</b>

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 6,1 milhões de Euros (2021: 4,9 milhões de Euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

Em 2022 e 2021, as provisões técnicas de resseguro cedido desagregam-se como segue:

EUROS

	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO
<b>Acidentes e doença</b>				
Acidentes de trabalho	-	2 684	1	2 685
Acidentes pessoais	14 394	27 966	97 805	140 166
Doença	-	733 650	447 727	1 181 377
<b>Incêndio e outros danos</b>				
Multiriscos habitação	1	81 539	-	81 539
<b>Responsabilidade civil geral</b>	<b>-</b>	<b>280</b>	<b>2 568</b>	<b>2 848</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>14 395</b>	<b>846 120</b>	<b>548 101</b>	<b>1 408 615</b>

EUROS



	PROVISÃO PARA PRÉMIOS NÃO ADQUIRIDOS	PROVISÃO PARA SINISTROS	PROVISÃO PARA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO
<b>Acidentes e doença</b>				
Acidentes de trabalho	-	2 754	1	2 755
Acidentes pessoais	22 616	31 673	81 924	136 214
Doença	-	329 935	151 036	480 971
<b>Incêndio e outros danos</b>				
Multiriscos habitação	1	135 746	11 479	147 226
<b>Responsabilidade civil geral</b>	-	-	<b>3 768</b>	<b>3 768</b>
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>22 617</b>	<b>500 108</b>	<b>248 209</b>	<b>770 934</b>

## 20. Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 pode decompor-se como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Contas a receber por operações de seguro direto	502 545	548 496
Contas a receber por operações de resseguro	-	3 881
Contas a receber por outras operações	19 155	-
	<b>521 700</b>	<b>552 377</b>
Ajustamento para recibos de prémios de seguro por cobrar	(71 908)	(54 882)
<b>Total</b>	<b>449 792</b>	<b>497 495</b>

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 441 milhares de Euros (2021: 351 milhares de Euros).

## 21. Ativos e passivos por impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2022 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quanto a exercícios de utilização de prejuízos fiscais, em que o prazo de caducidade é o do exercício do direito de reporte. No entanto, é convicção do Conselho de Administração, não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são analisados como se segue:

	EUROS					
	ATIVOS	PASSIVOS	2022	ATIVOS	PASSIVOS	2021
<b>Impostos correntes</b>						
IRC a recuperar / (pagar)		1 241 959	(1 241 959)		2 173 032	(2 173 032)
Retenção de imposto na fonte	-	2 787	(2 787)	-	3 535	(3 535)
IVA a pagar	-	50 492	(50 492)	-	55 309	(55 309)
Selo	-	690 456	(690 456)	-	621 389	(621 389)
ANPC	-	111 279	(111 279)	-	117 989	(117 989)
INEM	-	78 414	(78 414)	-	48 386	(48 386)
Taxa para o FAT	-	393	(393)	-	378	(378)
Taxa para a ASF	-	122 257	(122 257)	-	94 919	(94 919)
Contribuições para Segurança Social	-	3 548	(3 548)	-	3 461	(3 461)
<b>Total</b>	-	<b>2 301 583</b>	<b>(2 301 583)</b>	-	<b>3 118 398</b>	<b>(3 118 398)</b>

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2022 e 2021, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados como se segue:

EUROS				
	2021	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2022
<b>Ativos e passivos por impostos diferidos</b>				
Reserva de justo valor	(61 496)	1 115 958	-	1 054 463
Diferenças temporárias	7 263	-	(4 223)	3 040
<b>Total</b>	<b>(54 232)</b>	<b>1 115 958</b>	<b>(4 223)</b>	<b>1 057 503</b>

EUROS				
	2021	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	GANHOS E PERDAS	2022
<b>Ativos e passivos por impostos diferidos</b>				
Reserva de justo valor	(193 680)	132 184	-	(61 496)
Diferenças temporárias	5 982	-	1 281	7 263
<b>Total</b>	<b>(187 698)</b>	<b>132 184</b>	<b>1 281</b>	<b>(54 232)</b>

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

EUROS			
		2022	2021
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>15 829 293</b>	<b>12 729 599</b>
Gasto de imposto nominal (26,3%)		(4 158 056)	(3 305 640)
Gasto de imposto efetivo		(4 175 484)	(3 325 287)
Taxa efetiva de imposto		26,4%	26,1%
	<b>Diferença</b>	<b>(17 428)</b>	<b>(19 647)</b>
Tributação autónoma		(20 314)	(15 964)
Custos não aceites fiscalmente		(8 767)	(8 294)
Benefícios fiscais		5 209	3 330
Outros		6 444	1 281
	<b>Diferença</b>	<b>(17 428)</b>	<b>(19 647)</b>

## 22. Acréscimos e Diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como se segue:

EUROS			
		2022	2021
<b>Ativo</b>			
Acréscimos de proveitos		-	-
Gastos diferidos		1 750	15 804
<b>Total acréscimos e diferimentos ativos</b>		<b>1 750</b>	<b>15 804</b>
<b>Passivo</b>			
Acréscimo de gastos			
Remunerações e respetivos encargos a liquidar		(468 618)	(407 227)
Outros acréscimos de gastos		(1 556 249)	(873 717)
<b>Total acréscimos e diferimentos passivos</b>		<b>(2 024 867)</b>	<b>(1 280 944)</b>
<b>Total</b>		<b>(2 023 117)</b>	<b>(1 265 140)</b>

A rubrica de Remunerações e respetivos encargos a liquidar inclui os montantes de 161 milhares de Euros (2021: 147 milhares de Euros) relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício, bem como 296 milhares de Euros (2021: 249 milhares de Euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui essencialmente gastos de aquisição no montante de 949 milhares de Euros (2021: 376 milhares de Euros), serviços de informáticos 185 milhares de Euros (2021: 146) bem como custos de reporte regulatório, consultoria e outros trabalhos especializados no montante de 318 milhares de Euros (2021: 239 milhares de Euros) incorridos e ainda não liquidados.

## 23. Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisado como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
Contas a pagar por operações de seguro direto	3 545 198	3 719 921
Contas a pagar por operações de resseguro	2 265 429	1 923 986
Contas a pagar por outras operações	2 638 152	3 062 474
<b>Total</b>	<b>8 448 779</b>	<b>8 706 381</b>

A rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 3,2 milhões de Euros (2021: 2,6 milhões de Euros) a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro. Ver Nota 26. A rubrica de Contas a pagar por outras operações, inclui o montante de 1,1 milhões de Euros (2021: 2 milhões de Euros) a pagar ao fornecedor que presta apoio às atividades de gestão de sinistros do ramo Incêndio e outros danos. A maior parte deste saldo foi liquidado em janeiro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de Contas a pagar por outras operações, inclui ainda o montante de 1,2 milhões de Euros (2021: 1 milhão de Euros) a pagar à Aegon Santander Portugal Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2023. Ver Nota 26.

## 24. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, esta rubrica diz respeito a depósitos recebidos de resseguradores no âmbito dos tratados de resseguro celebrados pela Companhia e também a Locações, desagregadas da seguinte forma:

OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	2022	2021
Depósitos recebidos de resseguradores	10 161	18 529
Locações	473 004	-
<b>Total</b>	<b>483 165</b>	<b>18 529</b>

Em 1 de Setembro de 2022, a Companhia assinou um contrato de arrendamento dos seus novos escritórios. Decorrente acordo com o IFRS16, a Companhia reconheceu um ativo sob direito de uso de imóveis e um passivo de locação na data de início da locação.

O movimento ocorrido nos passivos de locações durante o exercício de 2022 foi o seguinte:

	LOCAÇÕES
<b>Saldo em 31 Dezembro 2021</b>	<b>-</b>
Direito de uso de ativos (IFRS16)	502 099
<b>Incremento do período</b>	
Juros	9 215
<b>Decréscimo do período</b>	
Pagamentos	38 311
<b>Saldo em 31 Dezembro 2022</b>	<b>473 004</b>

Os valores registados durante o ano são reconhecidos de acordo com os princípios definidos na IFRS 16 – “Locações” (nota 2, r). Adicionalmente, ver Nota 17.

## 25. Capital, reservas de reavaliação, outras reservas

### Capital

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

### Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

	EUROS	
	2022	2021
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	11 653 810	9 404 312
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
<b>Total</b>	<b>1,55</b>	<b>1,25</b>

### Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao Acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

	EUROS	
	2022	2021
<b>Ativos disponíveis para venda</b>		
<b>Variação de justo valor</b>		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	(773 383)	212 768
De outros emissores	(3 161 179)	19 291
<b>Saldo da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor</b>	<b>(3 934 562)</b>	<b>232 059</b>

Ver adicionalmente a Nota 16.

### Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 21.

### Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo da rubrica de outras reservas inclui o montante de 4.900.000 Euros, correspondente ao prêmio de emissão (Nota 1).

Este prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela compra do direito de aquisição da Carteira Liberty, no montante de 4.400.000 Euros, acrescido do preço pago pela transferência da carteira de apólices de seguro não vida, no montante de 500.000 Euros.

## **26. Saldos e transações com partes relacionadas**

A Companhia comercializa Seguros Não Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

Por outro lado, em 2019, o Banco Santander Totta, S.A. contratou uma apólice de seguro do ramo Incêndio e outros danos, junto da Companhia.

No final de 2018, a Aegon Santander Portugal Não Vida e os seus acionistas (Aegon Spain Holding e Santander Totta Seguros) assinaram um acordo para a transferência de uma unidade de negócio autónoma, composta por apólices de seguro dos ramos acidentes e doença, incêndio e outros danos e responsabilidade civil geral comercializadas pela Popular Seguros, Companhia de Seguros, S.A. A incorporação desta unidade de negócio na Aegon Santander Portugal Não Vida concretizou-se em 2019, tendo a Companhia já procedido à liquidação total deste investimento, no montante de 2 milhões de euros.

Em 2019, a Companhia celebrou um contrato com a Popular Seguros, S.A., atualmente designada Mapfre Santander Portugal, S.A., através do qual presta serviços de gestão administrativa (entre outros: serviços de gestão financeira, gestão de sinistros e reclamações).

Adicionalmente, salienta-se que todos os colaboradores possuem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

EUROS

	2022			2021		
	Proveitos / (custos)	Outros Ativos	Saldos a receber / (a pagar)	Proveitos / (custos)	Outros Ativos	Saldos a receber / (a pagar)
<b>Banco Santander Totta, S.A.</b>						
Comissões de mediação	(35 256 871)	-	(3 245 425)	(28 370 084)	-	(2 571 552)
Depósitos à Ordem	-	6 221 895	-	-	5 228 835	-
Suporte tecnológico	(262 125)	-	-	(298 333)	-	-
Prémios de seguro	506 369	-	-	540 760	-	-
Outros	(474 041)	-	-	(398 726)	-	-
<b>Banco Santander Consumer Portugal, S.A.</b>						
Comissões de mediação	(11 066)	-	(6 345)	(12 019)	-	(3 852)
<b>Santander Global Technology, S.L.</b>						
Serviços informáticos	(150 228)	-	(150 228)	(150 228)	-	-
<b>Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)</b>						
Serviços administrativos e de exploração	(528 998)	-	-	(528 715)	-	-
Suporte tecnológico	(23 500)	-	-	(23 500)	-	-
<b>Mapfre Santander Portugal, S.A. (ex-Popular Seguros)</b>						
Serviços de gestão administrativa	-	-	-	237 000	-	-
<b>Aegon Santander Portugal Vida, S.A.</b>						
Custos com o pessoal	-	-	(1 193 458)	-	-	(1 018 744)
<b>Total</b>	<b>(36 200 459)</b>	<b>6 221 895</b>	<b>(4 595 456)</b>	<b>(28 798 299)</b>	<b>5 228 835</b>	<b>(3 594 147)</b>

## 27. Gestão de Riscos da Atividade

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de riscos que se centra num processo de governação baseado no modelo das três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela aceitação, gestão, monitorização e reporte dos riscos, permitindo assim à Companhia cumprir o seu principal objetivo, que passa essencialmente por acrescentar valor ao seu negócio.

Assim, a primeira linha de defesa é composta pelas unidades operacionais que assumem os riscos e são responsáveis pela sua gestão numa base diária. A segunda linha de defesa integra as funções de gestão de risco, *compliance* e atuarial, que colaboram com as unidades operacionais na gestão e controlo dos diversos riscos. Por último, a terceira linha de defesa, que tem como objetivo avaliar de forma independente a efetividade do modelo de governo, do sistema de gestão de risco e dos controlos implementados, é assegurada pela função de auditoria interna.

Neste âmbito, as principais responsabilidades atribuídas às funções mencionadas anteriormente são:

### Função de gestão de risco:

- Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequada e fundamentada;
- Identificar, mensurar e monitorizar os riscos a que Companhia está exposta, incluindo as interligações entre eles e os riscos potenciais e emergentes;
- Promover a definição do apetite ao risco e tolerância e monitorizar o seu cumprimento;
- Produzir orientações para o desenvolvimento das estratégias e processos para identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte dos riscos da Companhia.
- Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco;
- Produzir relatórios quantitativos e qualitativos de análise de risco, internos e externos, incluindo o relatório do exercício ORSA.

**Função atuarial:**

- Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

**Função de verificação do cumprimento (Compliance):**

- Exercer assessoria ao Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- Identificar e avaliar o risco de incumprimento legal;
- Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

**Função de auditoria interna:**

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade a Aegon Santander Portugal Não Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

**A. Risco específico de seguro**

O risco específico de seguro é definido como o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associado ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Reflete a incerteza de, no momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com precisão o custo real efetivo dos sinistros futuros, assim como o momento temporal em que estes ocorrerão.



Esta categoria de risco é composta pelo risco de prémios, reservas, descontinuidade e catastrófico. Estes riscos são geridos com base nas políticas de subscrição, tarifação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas.

Assim, a Política de Subscrição pretende assegurar que a Companhia mantém práticas de subscrição consistentes com o perfil de risco definido pelo Órgão de Administração, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos contempla os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimento, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

Para tal, existem procedimentos internos definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos. Estas regras têm por base análises estatísticas efetuadas a vários indicadores da carteira, de forma a estabelecer o melhor preço possível face ao preço do risco. É também considerada a informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia. A adequação da tarifa é testada através de técnicas atuariais de projeção de *cash-flows*, enquanto a rentabilidade de cada produto é monitorizada anualmente.

A Política de Provisões Técnicas tem como principal objetivo assegurar que as provisões técnicas da Companhia representam, a qualquer momento, o valor atual das responsabilidades futuras assumidas no decurso da sua atividade. Como tal, esta Política documenta os controlos e regras necessárias ao processo por forma a dotar a Companhia de um nível de provisionamento adequado e suficiente.

Assim, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e / ou externos. O nível de adequação das estimativas das responsabilidades da atividade da Companhia é revisto anualmente e, caso se verifique um nível de insuficiência, é imediatamente reconhecida uma provisão adicional por forma a cobrir o valor atual dos *cash-flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões).

Por último, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores selecionados são adequados e que não existe uma excessiva concentração por contraparte, permitindo assim cumprir com o principal objetivo do resseguro, que é limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro.

As principais características dos tratados de resseguro estão resumidas na tabela que se segue:

NOME DO TRATADO	TIPO DE TRATADO	RETENÇÃO DA COMPANHIA	LIMITE DO TRATADO
Acidentes pessoais telemarketing	Proporcional <i>Quota-Share</i>	70%	-
Acidentes pessoais 2015	Proporcional <i>Surplus</i>	80 000 € <sup>(1)</sup>	2 000 000 €
Acidentes pessoais CAT	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	135 000 €	7 500 000 €
Acidentes de trabalho - QS	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	400 000 €
Acidentes de trabalho - XL	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	100 000 €	1 800 000 €
Proteção Jurídica AT   Assistência MRH   Assistência Saúde   Assistência (apólices ex-Popular Seguros)   Proteção Jurídica (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Multirriscos habitação - XL	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	75 000 €	3 000 000 €
Multirriscos habitação - CAT XL	Não Proporcional <i>Excess of Loss</i>	1 500 000 €	300 000 000 €
Multirriscos habitação - Prot Reinst	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-
Responsabilidade Civil	Proporcional <i>Quota-Share</i>	50%	-
Saúde Risco Base	Proporcional <i>Quota-Share</i>	40%	-
Saúde Doenças Graves Internacional	Proporcional <i>Quota-Share</i>	30%	-
Proteção Pagamentos (apólices ex-Popular Seguros)	Proporcional <i>Quota-Share</i>	0%	-

<sup>(1)</sup> por pessoa segura/sinistro

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro e aos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro:

EUROS		
CENÁRIO	2022	2021
Aumento de 3% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(663 684)	(437 942)
Aumento de 5% dos custos com sinistros líquidos de resseguro	(1 106 141)	(729 904)
Aumento de 3% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(1 354 480)	(1 117 081)
Aumento de 5% dos custos e gastos de exploração líquidos de resseguro	(2 257 467)	(1 861 802)

## B. Risco de mercado

O risco de mercado contempla os riscos decorrentes de variações adversas no valor dos ativos ou passivos relacionados com alterações nos mercados financeiros, em especial pelas variações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro.

Como tal, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

A Companhia definiu no âmbito do seu sistema de gestão de riscos uma Política de Investimentos. Esta política rege-se por um elevado grau de prudência, que se traduz em baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Adicionalmente, refira-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial e aos riscos de derivados.

O Comité de Risco tem como responsabilidade a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco da Companhia. Adicionalmente verifica a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitoriza a atividade relacionada com a sua gestão. Além disso, controla os níveis dos riscos de mercado com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os quadros seguintes apresentam a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras relativos a 31 de dezembro de 2022 e 2021:

EUROS

2022	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	50 188 357	-	-	50 188 357	50 188 357
<b>Total</b>	<b>50 188 357</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>50 188 357</b>	<b>50 188 357</b>

EUROS

2021	VALOR DE MERCADO			TOTAL VALOR DE MERCADO	VALOR DE BALANÇO
	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3		
Ativos financeiros disponíveis para venda	44 596 141	-	-	44 596 141	44 596 141
<b>Total</b>	<b>44 596 141</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>44 596 141</b>	<b>44 596 141</b>

### Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. Todos os ativos e passivos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

### Risco acionista

O risco acionista resulta do nível ou volatilidade dos preços de mercado de capitais. De referir que, de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE, valorizada ao custo.

### Risco imobiliário

A volatilidade dos preços do mercado imobiliário é capturada através do risco imobiliário. Como referido, a Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Este risco encontra-se essencialmente nas obrigações, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis.

Analisando os ativos da Companhia, que não detém obrigações de taxa variável, e os passivos conclui-se que o risco de taxa de juro não é materialmente relevante.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

EUROS

	2022		2021	
	VALOR	PROPORÇÃO	VALOR	PROPORÇÃO
Obrigações de taxa fixa	48 397 682	96%	42 580 451	95%
Obrigações de taxa variável	1 790 675	4%	2 015 690	5%
<b>Total</b>	<b>50 188 357</b>	<b>100%</b>	<b>44 596 141</b>	<b>100%</b>

O cenário que poderá implicar uma perda de valor dos ativos financeiros é o de subida das taxas de juro. Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros disponíveis para venda a alterações nas taxas de juro:

EUROS

2022	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	52 419 363	51 303 860	50 746 108	50 188 357	49 630 605	49 072 854	47 957 351
Impacto	2 231 006	1 115 503	557 751	-	(557 751)	(1 115 503)	(2 231 006)

EUROS							
2021	-200 BP	-100 BP	-50 BP	CENÁRIO BASE	+50 BP	+100 BP	+200 BP
Ativos financeiros disponíveis para venda	47 493 450	46 044 795	45 320 468	44 596 141	43 871 813	43 147 486	41 698 831
Impacto	2 897 309	1 448 655	724 327	-	(724 327)	(1 448 655)	(2 897 309)

### Risco de *spread*

O risco de *spread* refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

### Risco de concentração

Este risco surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas. Resulta da volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. Por ser um risco plenamente diversificável, a Companhia definiu limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes na Política de Investimentos por forma a reduzir a sua exposição.

À data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, a carteira de ativos financeiros por setores de atividade apresentava a seguinte composição:

EUROS				
SETOR DE ATIVIDADE	2022		2021	
	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)	VALOR DE BALANÇO	PESO (%)
Governamental	18 406 731	36,68%	10 881 342	24,40%
Financeiro	15 221 335	30,33%	15 961 209	35,79%
Consumo, não cíclico	3 575 393	7,12%	4 112 033	9,22%
Consumo, cíclico	3 290 480	6,56%	4 110 656	9,22%
Utilities	2 128 324	4,24%	1 997 238	4,48%
Asset backed securities	1 882 136	3,75%	982 838	2,20%
Comunicações	1 392 136	2,77%	1 612 066	3,61%
Energia	1 284 001	2,56%	1 504 301	3,37%
Multi-nacional	834 999	1,66%	912 263	2,05%
Tecnologia	782 210	1,56%	900 181	2,02%
Materiais básicos	703 401	1,40%	806 929	1,81%
Infraestrutura	687 211	1,37%	815 084	1,83%
<b>Total</b>	<b>50 188 357</b>	<b>100,00%</b>	<b>44 596 141</b>	<b>100,00%</b>

## C. Risco de liquidez

O risco relativo à possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam traduz-se no risco de liquidez.

Por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos, a Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos / limites que a carteira de investimentos deve apresentar. Adicionalmente, a Companhia monitoriza regularmente as suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa, ajustando a sua posição de acordo as suas necessidades / excedentes de capital mediante a realização de investimentos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 está apresentada no seguinte quadro:

EUROS

2022	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURE- DADE DEFINIDA	TOTAL
<b>Ativo</b>							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	6 221 895	6 221 895
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	3 261 059	5 855 065	23 718 688	13 557 973	3 795 572	-	50 188 357
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	449 792	-	-	-	-	-	449 792
<b>Total</b>	<b>3 710 852</b>	<b>5 855 065</b>	<b>23 718 688</b>	<b>13 557 973</b>	<b>3 795 572</b>	<b>6 221 995</b>	<b>56 860 144</b>
<b>Passivo</b>							
Outros passivos financeiros							
Locações	31 881	68 540	198 303	174 280	-	-	473 004
Depósitos recebidos de resseguradores	10 161	-	-	-	-	-	10 161
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	3 545 198	-	-	-	-	-	3 545 198
Contas a pagar por operações de resseguro	2 265 429	-	-	-	-	-	2 265 429
Contas a pagar por outras operações	2 638 152	-	-	-	-	-	2 638 152
<b>Total</b>	<b>8 490 822</b>	<b>68 540</b>	<b>198 303</b>	<b>174 280</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8 931 944</b>

EUROS

2021	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 ANO A 3 ANOS	DE 3 ANOS A 5 ANOS	SUPERIOR A 5 ANOS	SEM MATURE- DADE DEFINIDA	TOTAL
<b>Ativo</b>							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	5 228 835	5 228 835
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	708 879	2 039 076	14 593 834	13 534 639	13 719 712	-	44 596 141
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	497 495	-	-	-	-	-	497 495
<b>Total</b>	<b>1 206 375</b>	<b>2 039 076</b>	<b>14 593 834</b>	<b>13 534 639</b>	<b>13 719 712</b>	<b>5 228 935</b>	<b>50 322 571</b>
<b>Passivo</b>							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	18 529	-	-	-	-	-	18 529
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	3 719 921	-	-	-	-	-	3 719 921
Contas a pagar por operações de resseguro	1 923 986	-	-	-	-	-	1 923 986
Contas a pagar por outras operações	3 062 474	-	-	-	-	-	3 062 474
<b>Total</b>	<b>8 724 910</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8 724 910</b>

#### D. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Analisando as exposições da Companhia, verifica-se que este risco encontra-se principalmente na carteira de investimentos, empresas de resseguro e clientes. Como tal, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima por emissor e *rating*. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

Assim, na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus *ratings* e monitorizada, periodicamente, a sua evolução ao longo do ano.



No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

EUROS

EMITENTE	2022		2021	
	VALOR DE BALANÇO	PESO	VALOR DE BALANÇO	PESO
Alemanha	7 756 350	42,1%	-	0,0%
Portugal	5 302 271	28,8%	5 605 196	51,5%
Holanda	2 131 898	11,6%	1 813 293	16,7%
Espanha	850 022	4,6%	932 217	8,6%
Polónia	719 842	3,9%	762 375	7,0%
Bélgica	632 279	3,4%	692 339	6,4%
Irlanda	620 188	3,4%	669 052	6,1%
Itália	393 882	2,1%	406 870	3,7%
	<b>18 406 731</b>	<b>100,0%</b>	<b>10 881 342</b>	<b>100,0%</b>

## E. Risco operacional

O risco operacional que resulta da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, pode ser subdividido nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

As principais medidas de mitigação do risco operacional existentes na Companhia são:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas;
- Implementação de novos mecanismos de análise da relação e fluxo de informação com entidades subcontratadas, nomeadamente no que respeita a requisitos decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a assegurar que o sistema de controlo interno apresenta um nível de robustez suficiente para minimizar a ocorrência de perdas financeiras originadas, direta ou indiretamente, pelos riscos atrás mencionados, foram definidos os responsáveis pelos diferentes processos.

Assim, a Companhia dispõe de uma ferramenta que possibilita, trimestralmente, ao responsável por cada processo reportar a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetuar a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente, a área



de controlo interno analisa a informação reportada, produz relatórios e, caso se justifique emite recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados. Adicionalmente, a Companhia mantém um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorrem no futuro.

Por último, integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal, que engloba, entre outros, o risco que decorre da exposição da Companhia a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão.

Para além das medidas mencionadas anteriormente, a Companhia também dispõe das seguintes medidas de mitigação do risco legal:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita;
- Implementação de mecanismos de monitorização do cumprimento das regras decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de modo a mitigar riscos legais e aplicação de coimas;
- Implementação de regras decorrentes do disposto na Diretiva de Distribuição de Seguros.

## F. Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, acionistas ou entidades de supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas que permitem mitigar este risco:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de Advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um provedor do cliente;
- Publicação de uma política de tratamento de clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a clientes e a entidades de supervisão;
- Implementação de uma política de proteção de dados;

- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais;
- Nomeação de um *Data Protection Officer* como meio de assegurar a conformidade e a proteção dos dados, com destaque para os dados de clientes, incluindo dados sensíveis.

## G. Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os diferentes fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os clientes ou os fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Assim, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração, por forma gerir este risco. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

## 28. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvência robustos, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do ano de 2022 a Companhia desenvolveu os diversos processos respeitantes ao regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei nº 147/2015, de 9 de Setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2022.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2022 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2023.

## 29. Eventos subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

# Anexo I

EUROS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		VALOR DE BALANÇO				
CATEGORIA	DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECORRIDOS)	TOTAL
<b>Títulos nacionais</b>						
Dívida pública						
	PORTUGAL 4,95% 25/10/2023 (6756)	1 555 000	124,2	1 930 570	102,6	1 595 969
	PORTUGAL 5,65% 15/02/2024 (8210)	925 000	111,9	1 035 236	108,0	999 268
	PORTUGAL 0,70% 15/10/2027 (9833)	750 000	104,5	783 675	90,2	676 273
	PORTUGAL 4,125% 14/04/2027 (9441)	600 000	128,2	769 488	107,5	645 082
	PORTUGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)	500 000	115,5	577 690	101,1	505 605
	PORTUGAL 2,125% 17/10/2028 (10031)	500 000	115,4	576 850	95,6	478 073
	PORTUGAL 2,875% 15/10/2025 (9437)	400 000	114,0	455 832	100,5	402 002
Outros emissores						
	METRO DE LISBOA 4.799% 07/12/2027 (6146)	500 000	137,6	687 750	106,5	532 583
	METRO LISBOA 4,061% 04/12/2026 (9647)	150 000	127,6	191 325	103,1	154 628
<b>Títulos estrangeiros</b>						
Ações						
	PARTICIPACIONES AEGON AIE (6820)	100	100,0	100	100,0	100
Dívida pública						
	ALEMANIA 0,2% 14/06/2024 (10201)	4 600 000	99,0	4 555 591	96,7	4 447 594
	ALEMANIA 0% 18/10/2024 (10164)	2 000 000	97,6	1 952 880	95,4	1 908 700
	PAISES BAJOS 0,25% 7/15/2025 (10216)	1 750 000	95,2	1 665 475	94,1	1 645 923
	ESPAÑA 2,75% 31/10/2024 (8339)	850 000	111,7	949 578	100,0	850 022
	BELGICA 0,8% 22/06/2025 (8747)	660 000	106,1	700 399	95,8	632 279
	IRLANDA 3,4% 18/03/2024 (8746)	600 000	123,9	743 118	103,4	620 188
	CEZCO 4,875 % 16/4/2025 (6642)	500 000	121,2	606 000	103,9	519 691
	PAISES BAJOS 0% 15/01/2024 (9238)	500 000	98,9	494 380	97,2	485 975
	POLONIA 3,75% 19/01/2023 (8745)	400 000	122,1	488 380	103,6	414 387
	ITALIA 0,65% 15/10/2023 (9181)	400 000	99,3	397 124	98,5	393 882
	POLONIA 3,375% 09/07/2024 (7587)	300 000	116,5	349 350	101,8	305 454
Outros emissores						
	KFW 0,125% 6/30/2025 (10231)	1 500 000	94,4	1 416 150	93,3	1 400 055
	NAB 0,625% 10/11/2023 (9307)	1 165 000	100,1	1 165 594	98,4	1 146 830
	SWEDBANK 3,75% 14/11/2025 (10241)	1 000 000	100,9	1 008 557	100,3	1 003 129
	CAJAMAR 0,875% 18/06/2023 (10174)	1 000 000	100,4	1 004 180	99,6	996 139
	BANK OF AMERICA 0,75% 26/07/2023 (9178)	900 000	99,6	896 404	99,2	892 941
	NAB 2,25% 06/06/2025 (9363)	900 000	110,3	992 556	98,4	885 998
	CS 2,125% 31/05/2024 (10207)	900 000	99,0	890 730	96,0	864 089
	MS 1,875% 30/03/2023 (9339)	850 000	104,5	888 174	101,3	860 989
	CORP ANDINA 1,125% 13/02/2025 (9589)	878 000	105,7	928 134	95,1	834 999
	SVENSKA 0,01% 02/12/2027 (10088)	1 000 000	98,0	979 500	82,7	826 928
	UNILEVER 1,375% 31/07/2029 (10017)	900 000	109,7	987 004	88,4	795 531
	IBM CORP 1,25% 29/01/2027 (9646)	850 000	107,1	910 469	92,0	782 210
	NATWEST 1,00% 28/05/2024 (9545)	800 000	102,0	816 376	96,9	775 116
	WELLS FARGO 0,5% 26/04/2024 (9503)	800 000	100,3	802 065	96,5	771 657
	SUMITOMO 0,303% 28/10/2027 (9941)	900 000	99,5	895 572	83,6	752 680
	CALL - BOOKING 1,80% 03/03/2027 (8628)	800 000	111,7	893 568	93,5	748 386
	ENI SPA 1,25% 18/05/2026 (9926)	800 000	106,5	852 288	92,7	741 603
	DAIMLER 0,875% 09/04/2024 (9361)	750 000	101,7	762 953	97,7	732 568
	JEFFERIES 1,00% 19/07/2024 (9535)	750 000	100,2	751 350	95,8	718 140
	IBERDROLA 1,125% 27/01/2023 (10200)	700 000	100,3	702 205	100,9	706 333
	CALL - BASF 0,25% 05/06/2027 (9827)	800 000	100,9	806 824	87,9	703 401
	CALL - ESSILORLU 0,375% 27/11/27 (9756)	800 000	101,5	811 600	87,2	697 911
	CALL - ANHEUSER- 1,15% 22/01/2027 (9250)	700 000	105,4	737 884	92,0	644 081
	CALL - UBS GROUP 0,25% 29/01/2026 (9754)	700 000	99,4	695 891	91,8	642 671
	BANKINTER 0,625% 06/10/2027 (10016)	700 000	100,4	703 052	84,1	588 849
	AMERICAN 0,3% 07/07/2028 (10047)	700 000	100,9	706 090	82,5	577 783
	CALL - GLAXO 1,25% 21/05/2026 (9459)	600 000	104,3	625 920	93,7	562 087
	CALL - BG ENERGY 2,25% 21/11/2029 (10048)	600 000	116,3	697 740	90,4	542 397
	CALL - BERKSHIRE 0,75% 16/03/2023 (8978)	500 000	100,9	504 504	100,2	501 119
	CALL - PEUGEOT 1,125% 18/09/2029 (9719)	600 000	104,0	623 754	83,4	500 655
	CAIXABANK 1,75% 24/10/2023 (9351)	500 000	99,6	497 860	99,1	495 370
	CA 1,375% 13/03/2025 (9693)	500 000	105,4	526 750	96,6	482 759

EUROS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		VALOR DE BALANÇO				
CATEGORIA	DESIGNAÇÃO	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	UNITÁRIO (INCLUI JUROS DECORRIDOS)	TOTAL
	BPCE 1% 01/04/2025 (9691)	500 000	103,1	515 305	94,8	474 043
	BMW 1,00% 29/08/2025 (9482)	500 000	102,6	512 800	94,8	473 774
	BNPP 1,125% 11/06/2026 (9549)	500 000	105,4	527 245	91,8	459 093
<b>Títulos estrangeiros</b>						
	CALL - ABERTIS I 0,625% 15/07/2025 (9795)	500 000	102,0	509 800	91,8	458 947
	CALL - JPMORGAN 1,09% 11/03/27 (9461)	500 000	105,2	526 050	91,5	457 600
	CALL - EDF 1% 13/10/2026 (9617)	500 000	105,1	525 355	90,4	452 022
	TOYOTA 0,25% 16/07/2026 (9757)	500 000	100,7	503 500	89,5	447 485
	CALL TELEFONIC 1,201% 21/08/2027 (9928)	500 000	107,3	536 605	89,4	446 932
	RABOBANK 0,25% 30/10/2026 (9688)	500 000	99,4	497 185	88,0	440 212
	SKANDINAVISKA 0,375% 21/06/2028 (10028)	500 000	99,6	497 800	82,3	411 621
	CALL - BNPP 0,50 % 19/02/2028 (10064)	400 000	100,2	400 960	85,2	340 746
	TOYOTA 0,125% 05/11/2027 (10029)	400 000	99,6	398 264	84,6	338 469
	CALL - JPM 0,625% 25/01/2024 (9439)	340 000	100,2	340 612	98,2	333 935
	CA 0,375% 20/04/2028 (10050)	400 000	100,2	400 872	82,0	328 024
	BNP 1,125% 15/01/2023 (8779)	300 000	104,0	312 084	101,0	303 134
	RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	300 000	99,6	298 809	92,9	278 802
	CARGILL 2,50% 15/02/2023 (7924)	250 000	113,3	283 250	102,1	255 350
	CALL - RENAULT 1,00% 17/05/2023 (9338)	220 000	100,0	219 956	99,9	219 746
	TELENOR 2,50% 22/05/2025 (8846)	200 000	112,0	224 036	98,4	196 819
	CALL - ING GROEP 0,1% 03/09/2025 (9755)	200 000	99,6	199 138	93,4	186 827
	CALL - CEZ AS 0,875% 02/12/2026 (9683)	200 000	99,1	198 252	85,7	171 475
	CALL - UBS 0,25% 05/11/2028 (10052)	200 000	99,8	199 538	81,4	162 831
	CALL - CCEP 0,50% 06/09/2029 (10051)	200 000	101,6	203 288	80,7	161 486

## Anexo II

EUROS

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORREÇÕES)				
RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31/12/2021	CUSTOS COM SINISTROS* MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO	PROVISÃO PARA SINISTROS* EM 31/12/2022	REAJUSTAMENTOS
	(1)	(2)	(3)	(3)+(2)-(1)
Acidentes e doença				
Acidentes de trabalho	11 531	2 158	7 994	(1 379)
Acidentes pessoais	1 546 940	430 708	591 491	(524 741)
Doença	603 427	136 842	396 044	(70 541)
Incêndio e outros danos				
Multirriscos habitação	8 080 832	3 921 508	1 810 973	(2 348 351)
Responsabilidade civil	4 047	-	4 047	-

\* Sinistros ocorridos em anos anteriores



**AEGON**  **Santander**

SEGUROS NÃO VIDA



# CRONO

**AE**GON  Santander

SEGUROS NÃO VIDA

# 3.00

**Relatório  
e Parecer  
do Concelho  
Fiscal**





## RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL Exercício de 2022

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2022, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

### RELATÓRIO ANUAL

As dez reuniões que o Conselho Fiscal efetuou relacionadas designadamente com o acompanhamento da atividade e com as contas de 2022 da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo sete delas contado com a presença do Administrador Delegado, do Diretor Financeiro e de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2022 a submeter à aprovação da Assembleia Geral, bem como na reunião deste órgão em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2021.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com pessoal dirigente da Companhia, bem como com os representantes do Revisor Oficial de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2022, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação mensal sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.



Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório ORSA, ao relatório anual de *compliance* e aos relatórios da auditoria interna.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual a fim de ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados. Foi acompanhado o desenvolvimento do processo de implementação da IFRS 17, com data de aplicação inicial em 1 de janeiro do corrente ano.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foram, ainda, analisados os pedidos de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, conseqüentemente, emitidos os correspondentes pareceres de aprovação.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

#### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Conforme atrás descrito e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander



Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2022, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade. O Conselho Fiscal considera, ainda, que a proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório reúne condições para aprovação, face à configuração do capital próprio tal como evidenciado na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2022.

Face ao exposto e atento o normativo contabilístico vigente no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A., aprove:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2022;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 27 de março de 2023

#### O CONSELHO FISCAL

Assinado por: **JOSÉ DUARTE ASSUNÇÃO DIAS**  
Num. de Identificação: 00362136  
Data: 2023.03.27 12:13:39+01'00'

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

Assinado por: **António Baia Engana**  
Num. de Identificação: 01121249  
Data: 2023.03.27 11:01:56+01'00'

António Baia Engana (Vogal)

Assinado por: **Maria Manuela de Carvalho Silva  
Vinhas Lourenço**  
Num. de Identificação: 01264171  
Data: 2023.03.27 11:53:24+01'00'

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)





# ACE

**AE**GON  Santander

SEGUROS NÃO VIDA

# 4.00

**Certificação  
Legal de  
Contas**



## ***Certificação Legal das Contas***

### ***Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras***

#### ***Opinião***

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 63.831 milhares de euros e um total de capital próprio de 23.450 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 11.654 milhares de euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### ***Bases para a opinião***

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ***Matérias relevantes de auditoria***

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

**PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.**

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)

Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485



**Matérias relevantes de auditoria****Síntese da abordagem de auditoria****Justo valor de ativos financeiros**

Valorização e divulgações relacionadas com o justo valor de ativos financeiros apresentadas nas notas anexas 2 d), 3 b) e 16 às demonstrações financeiras.

Os ativos financeiros mensurados ao justo valor, apresentados na demonstração da posição financeira na linha de ativos financeiros disponíveis para venda, no montante de 50.188 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2022, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria, não só pela sua significativa expressão na demonstração da posição financeira da Entidade, mas também por a sua valorização requerer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da gestão da Entidade.

A valorização dos ativos financeiros envolve julgamento na determinação do seu justo valor, nomeadamente quanto à seleção dos preços/cotações divulgados através de plataformas de negociação, considerando ainda a liquidez e a qualidade dos preços. Para os ativos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira.

Neste contexto, alterações no processo de determinação de preços/cotações ou nos pressupostos utilizados nas técnicas de valorização adotadas pela Entidade poderão originar impactos materiais no apuramento do justo valor dos ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras.

**Ativo intangível – Direito de aquisição da Carteira Liberty e transferência de carteiras de seguros**

Mensuração e divulgações relacionadas com o ativo intangível relativo ao direito de aquisição da Carteira Liberty e à transferência de carteiras de seguros, apresentadas nas notas anexas 1, 2 c), 3 d) e 18 às demonstrações financeiras.

O ativo intangível apresentado na demonstração da posição financeira relativo ao direito de aquisição da Carteira Liberty e à transferência de carteiras de seguros compreende montantes de 2.580 milhares de euros e 1.321 milhares de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2022.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- A identificação, compreensão e avaliação dos controlos chave relativamente à valorização dos ativos financeiros;
- A verificação da efetividade dos principais controlos chave associados à seleção dos preços/cotações para valorização de ativos financeiros;
- A verificação dos preços/cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas pela Entidade, selecionadas em conformidade com os critérios definidos nas políticas e manuais internos; e
- A análise da reconciliação do inventário de ativos financeiros com os registos contabilísticos.

Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a revisão das divulgações sobre o justo valor e respetivas técnicas de valorização dos ativos financeiros valorizados ao justo valor constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras, tendo em consideração as normas contabilísticas em vigor.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:

- Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido

<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>Em 31 de dezembro de 2014 a Entidade adquiriu ao Banco Santander Totta, S.A., pelo montante de 4.400 milhares de euros, o direito de ser designada como a empresa de seguros adquirente da carteira constituída pelos contratos de seguros, relativos ao ramo incêndio e outros danos, correspondentes aos produtos comercializados pelo Banco Santander Totta, S.A., ao abrigo do contrato de mediador de seguros ligado celebrado com a Liberty Seguros, S.A.. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, e após constituição da Entidade, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., transferiu para a Entidade uma carteira de seguros relativa às apólices de seguros do ramo acidentes pessoais, pelo montante de 500 milhares de euros.</p>	<p>relativo ao direito de aquisição da Carteira Liberty e à transferência de carteiras de seguros; e</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Análise da metodologia do teste desenvolvido para aferição da existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações.</li> </ul>
<p>Subsequentemente, no final de 2018, a Entidade celebrou com a Popular Seguros – Companhia de Seguros, S.A. um contrato através do qual adquiriria uma carteira de apólices de seguros dos ramos acidentes e doença, incêndios e outros danos e responsabilidade civil, juntamente com elementos patrimoniais ativos e passivos e relações contratuais afetos à referida carteira, incluindo os contratos de trabalho dos respetivos trabalhadores, o qual se concretizou no final de 2019, pelo montante total de 1.872 milhares de euros.</p>	<p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras respeitantes ao ativo intangível relativo ao direito de aquisição da Carteira Liberty e à transferência de carteiras de seguros estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>
<p>Os referidos montantes serão amortizados ao longo do período em que se espera que venham a ser gerados benefícios económicos para a Entidade.</p>	
<p>De forma a aferir sobre a recuperabilidade do valor líquido contabilístico, a Entidade analisa, anualmente, se existem indícios de imparidade, tendo em consideração a expectativa dos fluxos de caixa futuros associados ao direito de opção de subscrição de seguros e às apólices transferidas, os pressupostos inerentes à respetiva evolução da carteira e as condições atuais do mercado.</p>	
<p>Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	
<b>Provisão para sinistros</b>	
<p><u>Mensuração e divulgações relacionadas com a provisão para sinistros apresentada nas notas anexas 2 l), 3 a) e 19 às demonstrações financeiras.</u> A provisão para sinistros apresentada na demonstração da posição financeira ascende a 16.528 milhares de euros em 31 de dezembro de</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram:</p>



<b>Matérias relevantes de auditoria</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>2022, representando 41% do total do passivo da Entidade a essa data.</p> <p>As responsabilidades futuras da Entidade para regularização de processos de sinistros, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Entidade e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário.</p> <p>As referidas responsabilidades, pela sua natureza, são obrigações de severidade e frequência incerta, tendo por base julgamento e estimativas relativas a sinistros ocorridos, as quais pretendem mensurar a melhor estimativa do montante de indemnizações e despesas que virão a ser pagas. O risco existente decorre da possibilidade do montante da provisão para sinistros de seguro direto reconhecida pela Entidade não ser suficiente para fazer face a todas as responsabilidades assumidas à data de encerramento de contas.</p> <p>Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas à provisão para sinistros;</li> <li>• Verificação da efetividade dos controlos associados às análises atuariais efetuadas pela Entidade;</li> <li>• Realização de procedimentos de revisão analítica, tais como rácios de cobertura e rácios de sinistralidade;</li> <li>• Identificação e avaliação de pressupostos utilizados nas análises atuariais da Entidade; e</li> <li>• Realização de um conjunto de testes independentes e comparação dos nossos resultados com aqueles determinados pela Entidade.</li> </ul> <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações consideradas pela Entidade nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;





g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

### **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

#### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

#### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para um triénio compreendido entre 2015 e 2017, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de março de 2021 para o triénio compreendido entre 2021 e 2023;
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta mesma data; e

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

24 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda  
representada por:



Fernando Manuel Miguel Henriques, ROC n.º 904  
Registado na CMVM com o n.º 20160523











SEGUROS NÃO VIDA